

SOLVERDE
CASINOS · HOTÉIS



SOLVERDE, S.A
RELATÓRIO
E CONTAS
2018

ÍNDICE

LISTA DOS ORGÃOS SOCIAIS	4
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	28
BALANÇO.....	29
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	30
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS.....	31
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	33
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	34
1. INTRODUÇÃO.....	34
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	35
2.1. Base de Preparação	35
2.2. Pressuposto da continuidade.....	35
2.3. Classificação dos activos e passivos e passivos não correntes	35
2.4. Derrogação das disposições do SNC	36
2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	36
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	36
3.1. Conversão cambial	36
3.2. Princípio de consolidação.....	36
3.3. Activos fixos tangíveis.....	36
3.4. Activos intangíveis	38
3.5. Propriedades de Investimento	38
3.6. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis	38
3.7. Participações financeiras em subsidiárias	39
3.8. Inventários	40
3.9. Activos e passivos financeiros	40
3.10. Rédito	42
3.11. Subsídios do Governo	43
3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	43
3.13. Imposto sobre o rendimento	44
3.14. Regime do Acréscimo.....	45
3.15. Provisões, passivos e activos contingentes.....	45
3.16. Benefícios dos empregados.....	45
3.17. Eventos subsequentes.....	46
4. FLUXOS DE CAIXA.....	46
5. ACTIVO FIXO TANGÍVEL.....	47
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	49
7. ACTIVO INTANGÍVEL	50
8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	51
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	51
10. INVENTÁRIOS.....	52
11. CLIENTES	53
12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	54



13.	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	55
14.	DIFERIMENTOS	56
15.	CAPITAL E RESERVAS	57
16.	RESULTADOS TRANSITADOS	58
17.	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	58
18.	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	58
19.	OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	59
20.	RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO	59
21.	PROVISÕES	59
22.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	60
23.	FORNECEDORES	60
24.	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	61
25.	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	62
26.	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	63
27.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	63
28.	GASTOS COM O PESSOAL	64
29.	PERDAS E REVERSÕES POR IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (AUMENTO/REVERSÃO).....	65
30.	PROVISÕES (AUMENTO/REVERSÃO).....	65
31.	AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	66
32.	OUTROS RENDIMENTOS	66
33.	OUTROS GASTOS	67
34.	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	68
35.	RESULTADO POR ACÇÃO	68
36.	PARTES RELACIONADAS	68
36.1	Transacções entre Partes Relacionadas	68
36.2	Remuneração do Conselho de Administração	69
37.	CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS	70
38.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	72
39.	EVENTOS SUBSEQUENTES	72
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	73
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	76



LISTA DOS ORGÃOS SOCIAIS**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:**

Presidente	- Amadeu José de Melo Morais
1.º Secretário	- José Augusto Ferreira Campos
2.º Secretário	- Napoleão Ferreira de Amorim

FISCAL ÚNICO EFECTIVO:

- Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, LDA. (SROC N.º. 207) –
Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC N.º. 1157

FISCAL ÚNICO SUPLENTE:

- C&R RIBAS PACHECO, LDA. (SROC N.º. 49) –
Representada por Rodrigo Bruno de Magalhães Ribas
Pacheco, ROC N.º. 1163

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente	- Manuel Soares de Oliveira Violas
Administrador	- Rita Celeste Soares Violas e Sá
Administrador	- Maria Helena Montenegro do Couto Violas
Administrador	- Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá
Administrador	- Joel Santos Pais
Administrador	- Joaquim Fernando Marques Reis
Administrador	- Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE:

1.º Secretário	- Nuno Miguel Ferreira Morais
Secretário Suplente	- Cristina Helena Henriques Lopes Relvas



RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem o Conselho de Administração da Sociedade dar conhecimento aos Accionistas e Terceiros com os quais a Sociedade se relaciona, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida pela **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** no exercício de 2018. Assim:

1. ENQUADRAMENTO GERAL E ASPECTOS MAIS SALIENTES DA ACTIVIDADE EM 2018

Notou-se, ao longo do ano, uma melhoria significativa nos índices de confiança da população e no clima económico interno e externo que potenciaram um aumento do consumo privado, grande responsável pelo crescimento económico que observamos.

Dado o sector em que desenvolvemos os nossos negócios é óbvio que estas condições macroeconómicas se vieram a reflectir muito positivamente nas actividades desenvolvidas pela Solverde.

Assim, conseguimos atingir um nível de facturação de 114,97 milhões de euros, acima do valor que havíamos previsto situar-se perto dos 112 milhões de euros, mercê duma melhoria significativa dos níveis de actividade na área de jogo com particular ênfase a recair no jogo online. Tal proporcionou um resultado positivo de 6,38 milhões de euros (a nossa estimativa era um resultado de 4,2 milhões), apesar de terem sido contabilizados mais 4,326 milhões de euros (em 2017: 4,42 milhões de euros) na contrapartida anual da concessão do Algarve, derivado de não termos atingido os mínimos contratuais estabelecidos, valor este alvo de contestação e impugnação junto dos tribunais, e que penalizou fortemente a performance dos últimos anos.

No que respeita em particular à Concessão do Algarve importa realçar que a Solverde tem continuado a desenvolver todos os esforços para alcançar um acordo com o Estado que permita solucionar o contencioso decorrente da aplicação da tabela de contrapartidas mínimas.

Enquanto o referido acordo não for alcançado a Solverde continuará a impugnar todas as liquidações correspondentes na expectativa de que em sede própria lhe venha a ser dada razão.

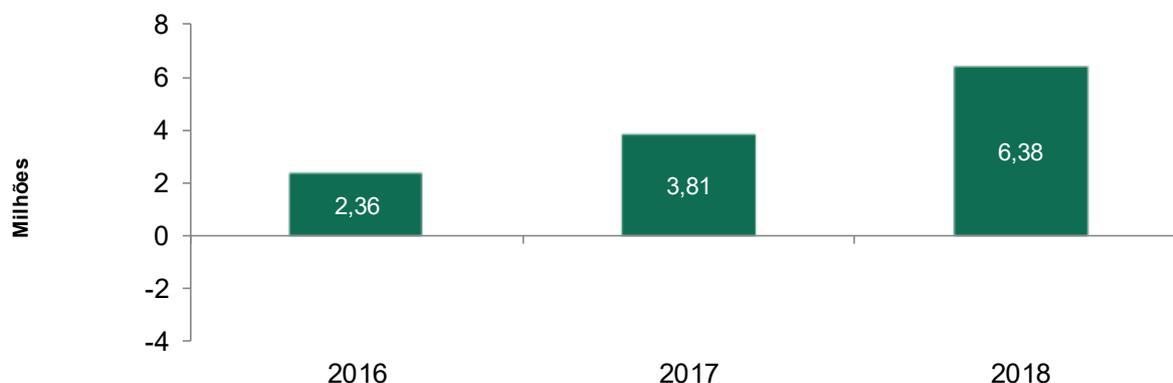
A Solverde continua a apostar em estratégias de fidelização e de captação de novos clientes, razão pela qual incrementou a sua política cultural e de lazer, diversificando o tipo de oferta, a actualidade dos espectáculos e a originalidade da animação, todas assinaladas com o mesmo selo de qualidade.

A permanente agressividade no que diz respeito à conquista de quotas de notoriedade e de visibilidade em termos de opinião pública, permitiu enfrentar, com algum sucesso, a crise nos últimos anos, fazendo

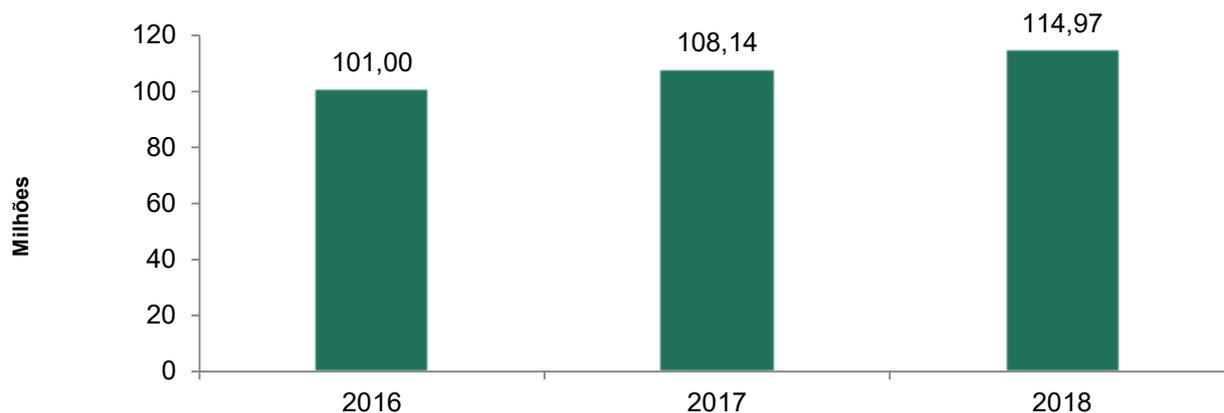


alimentar a expectativa de que a Solverde se encontrará numa posição forte e consolidada, quando a economia mostrar sinais positivos de forma continuada e sustentada.

Resultados Líquidos



Volume de Negócios



1.1 Exploração do Jogo

1.1.1 Espinho

O ano de 2018 foi um ano de excelência. Crescemos em todos os jogos, Máquinas, Mesas e Bingo. O Casino Espinho continuou a modernizar-se em ritmo acelerado e nas Máquinas apresentamos um produto premium quase todos os meses.

Mencionamos algumas das principais acções que realizamos:

- Máquinas – Começamos o ano de 2018 com um torneio semanal na Royal Derby, que teve a durabilidade de 3 meses, exclusivamente para clientes Privilege com objectivo de angariar novos clientes. O torneio correu muito bem e a Royal Derby ganhou espaço no Casino Espinho e hoje sem dúvida é um



produto rentável e de carisma social, onde se nota que os clientes jogam em grupo e divertem-se. A grande novidade de 2018 foi a instalação da máquina dos carros, Car Race, foi efectuada uma série de acções de promoção na máquina, desde a inauguração, a informação no exterior, entrega de promotickets. Em Maio de 2018 alteramos 10 máquinas de localização, Wild Panda, máquinas com clientes fidelizados. Foi uma aposta arriscada mas conseguimos fazer renascer uma zona sem jogo ao colocar essas máquinas nesse local. Fizemos decoração adequada e acção pela sala de jogo.

- Jogos Tradicionais – O Ponto & Banca Duplo na High Limit comprovou o seu potencial, com um volume de jogo elevado e receita de 650.048 euros (em 2017: 786.338,50 euros). Em Março realizamos o “Gout de France” em que premiamos os clientes da Banca e Roleta Francesa com um jantar e espectáculo alusivo a França.
- Bingo – O ano de 2018 foi a comprovação do bom trabalho que está a ser efectuado, passamos pela segunda vez o resultado bruto de 1 milhão de euros que conseguimos em 2017. Continuamos a convidar clientes para espectáculos e englobamos o Bingo nas acções promocionais realizadas no casino.
- Torneio de Máquinas – Realizamos apenas um torneio de máquinas mas desta vez em moldes diferentes. Acumulação de pontos começou em Junho de 2018, foi apurado 18 clientes nas fases de apuramento e aos nossos 18 melhores clientes demos um Wild Card que passaram directamente para as fases finais. Correu muito bem, os melhores clientes gostaram deste novo formato, pois desta forma são distinguidos. Os prémios foram 1º Peugeot 2008, 2º Harley Davidson Street 750, 3º Scooter Peugeot 125c. Estes torneios são para todos os clientes que acumulem pontos Solverde, seja provenientes das máquinas ou dos jogos tradicionais.
- Poker – O Poker não bancado, contrariou a tendência dos dois últimos anos e inverteu a curva de perda e apresentou um crescimento de 9,72% mais 34.449,75 euros. Mantivemos os torneios diários “Four Seasons” e as realizações dos 4 “Super” com prizepool garantido de 25.000 euros.
- SPS - O circuito nacional do Solverde Poker Season, contou com 4 etapas em Espinho, terminando o ano com o reconhecido Main Event, alcançando um recorde de 333 jogadores. A etapa 3 teve um prize garantido de 60.000 euros e o Main Event de 125 000 euros e não tivemos overlay em qualquer destas etapas. Continuamos com aposta nas bebidas durante o torneio e jantar no dia 2.
- ECT – Mantivemos o triangular com o Casino La Toja e Casino Chaves, onde realizamos uma das etapas, proporcionando desta forma uma junção de clientes portugueses e espanhóis, num circuito ibérico já reconhecido no mundo do poker.
- Summer Wheel of Fortune – Acção realizada no Verão, que premeia clientes dos bancados, das máquinas e do bingo, com a possibilidade de ir girar uma roda e ganhar vários prémios, desde assistir a



espectáculos, a brindes promocionais, aulas de surf, entradas no parque aquático, tratamentos estéticos etc.

- Cabazes de Natal – Continuamos com a oferta em Dezembro dos Cabazes de Natal, onde criamos a “Christmas Box”, onde os clientes de todos os jogos que eram premiados, poderiam furar a caixa e habilitar-se a prémios além dos cabazes, vinho, brindes, cremes de rosto, etc.
- Acção Oriental – No dia 23 de Novembro o Casino era oriental, foi realizada uma transferência de um progressivo elevado a todas as máquinas com temas orientais, a decoração acompanhou o tema, tivemos espectáculo Fusion Fighters e gastronomia associada. Foi distribuído por duas hospedeiras, chocolates da sorte com brindes Solverde e casino OnLine a todos os clientes que estivessem a jogar na High Limit zone e em máquinas identificadas com o incremento. Aos jogadores da High Limit foi sorteado no final da partida uma viagem a Pequim para duas pessoas.
- No final do ano o 5º piso foi todo restaurado. O bom gosto, o requinte, a qualidade das bancas e cadeiras mereceram o elogio de todos. Actualmente temos uma Poker House e uma High Limit de excelência.
- A aposta em espectáculos com vários artistas consagrados do panorama em Portugal foi uma constante no Casino Espinho, tais como, António Raminhos, Paulo Gonzo, Amor Electro, HMB, Aurea, Camané e Solverde World Battle assim como artistas internacionais como é o caso de Ana Carolina, Mario Biondi e Salvatore Adamo. Continuamos a manter sempre aos fins de semana shows. Estas Galas e shows dão uma visibilidade importante para a potencialização e fidelização de clientes.
- Redes Sociais – Continuamos apostar na divulgação e criação de eventos nas páginas do Poker e das Slots, em parceria com os Casino Espinho e Chaves, onde anunciamos desde prémios saídos a produtos novos, mantendo assim, junto dos internautas a informações actualizadas e criando a curiosidade dos mesmos às visitas ao nosso Casino.

As estratégias aplicadas surtiram o efeito positivo desejado nas receitas de 2018 que se traduziram num crescimento global das mesmas na ordem dos 6,10%, totalizando o valor de 50.089.989,11 euros (em 2017: 47.207.721,95 euros). Este crescimento foi alavancado pelo resultado obtido tanto nos jogos de máquinas, mesa e bingo.

- Os jogos de máquinas registaram um aumento de receitas de 6,27%, totalizando 41.654.996,89 euros (em 2017: 39.197.788,45 euros), sustentado pelo crescimento no volume de jogo de 21,18%, fixado em 664.477.828,40 euros (em 2017: 548.357.175,64 euros).



- Os jogos de mesa mantiveram a tendência verificada nos anos anteriores registando um crescimento de 3,90%, totalizando 7.114.818 euros (em 2017: 6.847.926,25 euros).
- Tal como em 2017, o jogo de bingo foi o que apresentou maior crescimento, 13,60%, um total líquido de 1.320.175,22 euros (em 2017: 1.162.169,60 euros).

A merecer nota positiva, o crescimento da receita do póquer não bancado na sua variante cash e torneio a registar um aumento de 9,72%, totalizando 388.700 euros. Invertendo assim a tendência negativa dos dois últimos anos. Prevemos que em 2019 a receita do póquer não bancado, com todas as novidades que iremos implementar, continue a crescer de uma forma natural, pois o nosso posicionamento estratégico vai de encontro ao que jogadores de póquer procuram nas salas virtuais.

1.1.2 Algarve

Os Casinos do Algarve, neste ano de 2018, mantiveram a sua linha ascendente, face ao ano anterior, nas receitas globais da área de jogo, destacando-se o Casino Vilamoura com um aumento a aproximar-se dos 8% face ao ano anterior. Com um crescimento menos acentuado dos casinos de Monte Gordo e Praia da Rocha, o total das receitas de jogo dos três casinos do Algarve, registaram um crescimento, muito perto dos 5% face ao ano de 2017.

O sector de máquinas, manteve a sua trajectória ascendente, registando um acréscimo de 7.5% face ao ano de 2017, como corolário dos investimentos contínuos e ponderados feitos ao longo do ano.

Com a aquisição de 107 máquinas novas e o upgrade de 26 máquinas que receberam novos jogos atractivos e de tecnologia de última geração para fazer face à contínua evolução da procura dos jogadores, o parque de máquinas dos Casinos do Algarve, mantem-se na vanguarda da oferta, quanto aos últimos jogos e tendências preferidas pelos visitantes.

As máquinas e upgrades adquiridos foram distribuídos pelos três Casinos do Algarve, sendo que o Casino Vilamoura recebeu 52 dessas máquinas novas, o Hotel Algarve Casino, 30 máquinas e o Casino Monte Gordo 25 máquinas.

Com a realização de diversas iniciativas promocionais, com vista à fidelização dos jogadores, mantiveram-se as realizações de torneios de Slot Machines, onde foram atribuídas duas viaturas de marcas “Premium”, nos dois torneios promocionais realizados nos três casinos do Algarve com finais no Casino Vilamoura.

Se o sector de máquinas deu continuidade a este ciclo de crescimento dos últimos anos, já no que diz respeito às receitas dos jogos de mesa, o ano de 2018, sofreu um abrandamento, registando um decréscimo nas suas receitas a rondar os 15% face às receitas do ano anterior.



Saliente-se, no entanto, o crescimento do volume de jogo no sector das mesas de jogo, ocorrido nos três Casinos do Algarve, com um aumento de cerca de 15% nas vendas de fichas, face ao ano de 2017.

Os Casinos do Algarve, mantiveram durante este ano de 2018, uma série de eventos de poker de nível nacional e Internacional, destacando-se o segundo WPT DeepStack em Portugal, realizado no Casino Vilamoura, que consta já na Rota de destinos de Poker a nível mundial, tendo recebido jogadores de inúmeras nacionalidades.

Com o objectivo de proporcionar uma maior comodidade aos frequentadores, foram feitas diversas alterações aos “layout” dos três casinos. Não só quanto à localização de máquinas, mas também quanto à criação de novos espaços para a prática do poker. O Casino Vilamoura criou uma zona VIP reservada para o jogo do Poker, e no Hotel Algarve Casino, deslocou-se a zona de poker para o piso -1, área mais adequada ao tipo de jogo.

A actividade de jogo sempre foi objecto de uma legislação rígida e de um controlo exigente, e este ano de 2018, não foi diferente.

As alterações legislativas ocorridas, no que diz respeito à aplicação da Lei de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, obrigaram a um investimento avultado em equipamentos de recolha e registo de elementos identificativos dos visitantes nos casinos, por forma a agilizar esse processo e provocar o menor constrangimento no acesso às salas de jogos.

No entanto, mesmo com este investimento em equipamentos sofisticados de recolha e registo de elementos de identificação dos visitantes, para colocação em funcionamento no ano de 2019, receia-se uma diminuição de entradas nas salas de jogo.

A perda do anonimato ao aceder às salas de jogos, pode ser um factor impeditivo para a entrada de visitantes. Também o facto dos casinos do Algarve se localizarem numa zona turística por excelência e como tal visitados por inúmeros estrangeiros, que muitas vezes não são portadores dos originais dos seus passaportes ou documentos de identificação, poderá vir a reduzir o número de visitantes.

Apesar dessas condicionantes, para 2019 espera-se um ligeiro crescimento das receitas de jogo.

1.1.3 Chaves

O ano de 2018, tal como mencionado no ano anterior, veio confirmar o volume de receitas para moldes normalizados da exploração do Casino Chaves, tendo em conta a realidade socio-económica do espaço em que se insere.



Tal manutenção dos níveis de actividade tem sido possível através das várias ferramentas de gestão, nomeadamente:

- O correcto potenciamento dos recursos humanos disponíveis para fazer face às necessidades, através do melhoramento dos processos de recrutamento, formação e principalmente de motivação e orientação das pessoas que connosco colaboram diariamente, no sentido de as projectar no propósito já anteriormente definido de “clientes satisfeitos geram receitas”.
- O aumento de visibilidade da unidade nas redes sociais e meios de comunicação social, bem como um aumento dos projectos de projecção do destino ALTO TÂMEGA junto dos operadores turísticos, tem potenciado a visita de novos clientes.
- A promoção de eventos com artistas de renome durante o ano de 2018, como as Galas com “Anselmo Ralph”, “Black Mamba”, “Amor Electro”, “Miguel Araújo”, “Paulo Gonzo” e “Camané”, além de outros artistas, foram um importante motor de divulgação da unidade de Chaves, quer no âmbito local como nacional. Directamente relacionado com este investimento, a utilização dos programas de ofertas e fidelização de clientes de jogo tem sido utilizado na sua total amplitude, mantendo a permanente racionalidade dos mesmos, cifrando-se o investimento nos 1,58% das receitas brutas de 2018.
- A aposta nas acções comerciais de grande impacto visual e de reward para o cliente, continuaram durante o ano de 2018 a granjear um aumento de adesão e fidelização aos programas. A permanente avaliação e ajustamento comercial de acções promocionais melhoraram a sua performance, redireccionando recursos para acções que provocam efectivamente um impacto significativo na exploração, como foi a acção “Ganhe um Smart ForTwo”, entre Junho e Dezembro 2018. Também a acção promocional Bolas de Natal Solverde, promovida no mês de Dezembro, foi do agrado e adesão generalizada dos clientes.
- O investimento contínuo e criterioso dos equipamentos de jogo e a profunda mudança do layout da Sala de Jogo do Casino Chaves efectuada nos meses de Junho/Julho, permitiu inverter uma forte tendência de decréscimo das receitas e vendas dos jogos de mesa que se verificou no primeiro semestre, bem como a potenciação do retorno nos jogos de máquinas.
- A manutenção dos espaços e equipamentos de jogo em patamares superiores, contribuiu também para a agradabilidade de fruição dos mesmos a quem nos visita.
- O investimento efectuado, na aquisição de novos equipamentos (máquinas automáticas) foi crucial para os resultados apresentados nesta rubrica. Adquiriram-se 17 novas máquinas automáticas (correspondente à renovação de cerca de 6,2% do parque em exploração) e 19 “kits” de conversão



de jogos para máquinas já instaladas, com um investimento de cerca de 3,82% (em 2017: 5,7%) das receitas brutas dos jogos de máquinas de 2018.

A aplicação de todos os aspectos acima elencados, ainda assim resultou num decréscimo nas receitas de 2018 na ordem dos 2,76%, totalizando o valor de 7.995.840,73 euros (em 2017: 8.223.063,20 euros).

Este decréscimo foi essencialmente provocado pelos resultados obtidos nos jogos de mesa no primeiro semestre, cujo efeito se manteve até ao final do ano, muito embora a reversão da tendência denotada com as alterações efectuadas em Junho/Julho, já acima referidas.

Os jogos de máquinas registaram um aumento de receitas de 0,91%, 6.929.939,23 euros, (em 2017: 6.867.211,80 euros), sustentados pelo crescimento no volume de jogo (créditos jogados) na ordem dos 2,08%, tratando-se do melhor resultado absoluto, nesta tipologia de jogo, desde a abertura da unidade.

Os jogos de mesa registaram um decréscimo homólogo de 21,39%, 1.065.901,50 euros, (em 2017: 1.355.851,40 euros) nas receitas brutas, pese embora o decréscimo de apenas 4,24% nas vendas desta tipologia.

Embora já consolidado nas receitas dos jogos de mesa é de notar que a receita do poker não bancado na sua variante de *cash game* registou um crescimento de +7,81% e o crescimento global da receita dos torneios de poker na ordem dos +50,21%. A aposta em continuar a oferecer uma diversidade de eventos para estes clientes, como foi a realização da quinta edição do torneio triangular de Poker ECT Poker Tour, em parceria com o Casino Espinho e o Casino La Toja na Galiza, bem como a promoção de duas etapas do circuito nacional Solverde Poker Season, circuito de prestígio que mais uma vez trouxe jogadores de renome à unidade em Chaves. Semanalmente, prosseguiu-se com a exploração de torneios de poker Solverde Four Seasons que apresentou um crescimento acumulado anual de jogadores na ordem dos +9.87%.

Por último, as entradas de clientes na sala de jogo do Casino Chaves em 2018 decresceram 2,67% (em 2017: decréscimo de 3,6%) em relação ao ano anterior, um valor perfeitamente razoável para as flutuações existentes com as variações das datas de épocas festivas, cujo impacto no número de entradas é significativo.

1.1.4 Jogo Online

O ano de 2018 foi caracterizado pelo desenvolvimento do CasinoSolverde.pt com especial enfoque na inovação e alargamento da oferta de jogos.

Este objetivo de desenvolvimento do negócio foi conseguido, tendo, no final do ano de 2018, o casinosolverde.pt a maior oferta de jogos do mercado com mais de 300 jogos e cerca de 85 mil jogadores



registados. Neste âmbito foi adicionado também um jogo exclusivo de Black Jack desenvolvido em Portugal e em colaboração com a Solverde, que resultou num aumento significativo do número de utilizadores deste tipo de jogo.

É de assinalar neste ano de 2018, a tomada da decisão definitiva de substituição da plataforma actual por uma outra tecnologicamente mais evoluída e incorporante de diversas vantagens para o nosso negócio, nomeadamente a utilização de técnicas inovadoras com recurso a inteligência artificial.

No ano de 2018 foi consolidado o investimento realizado em marketing, com recurso a diversas campanhas, com uma ampla presença nos canais de televisão generalistas e desportivos, rádios, jornais e redes de publicidade exterior com cobertura nacional. Em simultâneo, foi também evoluída a divulgação da campanha de marketing por meios digitais e de redes sociais. Ainda neste âmbito, foram realizadas diversas ativações de marca, junto a estádios de futebol, nos casinos físicos e nos clubes de Padel.

Por último, pretendemos notar o patrocínio do circuito de Padel designado por CasinoSolverde.pt PadelTour 2018, constituído por 13 etapas realizadas nos principais clubes existentes em todos o País tendo registado um número superior a 70 mil visitantes. Este circuito contou com mais de 7200 participantes, tendo o CasinoSolverde.pt sido galardoado com o prémio de patrocinador do ano, prémio selecionado pelos jogadores de Padel federados e atribuído pela Federação Portuguesa de Padel.

1.2 Animação e Restauração

1.2.1 Espinho e Chaves

O Plano de animação de 2018, levado a cabo no Casino Espinho e no Hotel Casino Chaves, superou os objectivos, a que nos propusemos na captação e fidelização de novos clientes. Como prova do trabalho efectuado, notou -se um notório crescimento no número de assistentes aos espectáculos, e na aquisição dos nossos serviços. Contribuíram para isso, os convidados músicos, humoristas, cantores nacionais e internacionais, que actuaram nos palcos das referidas unidades. Entre os convidados, ressaltam os nomes de Camané, Berg, Aurea, Amor Electro, Paulo Gonzo, Valéria de Carvalho, Rao Kyao, Carlos Mendes, Lena d'Água, Vitorino, António Raminhos, HMB, assim como o de cantores de renome internacional tais como Adamo, Ana Carolina, Mário Biondi. Tiveram ainda destaque, a presença em palco de produções nacionais tais como o espectáculo Around the World, Puro Latino, Orquestra do Auditório de Espinho e Solverde World Battle. O êxito da programação reparte-se com a oferta da cozinha e restauração da Solverde, com a realização de diversas jornadas gastronómicas nacionais e internacionais que, com rigor e qualidade, sempre sem perder de vista a relação privilegiada com o nosso público, tornaram possível o alcance do desiderato pretendido, que é o crescimento e sustentação da marca Solverde.



1.2.2 Algarve

O investimento nos sectores de animação e cultura, durante o ano de 2018, manteve-se ao nível do ano anterior, continuando a Solverde sempre a apostar na qualidade dos serviços mantendo-se os investimentos nos sectores de animação e cultura.

Os Casinos do Algarve produziram, durante o ano de 2018, um grande espectáculo, denominado “Timeless E-motions “ que esteve em exibição, de Abril a Dezembro, com um elenco internacional e uma qualidade reconhecida por todos os nossos clientes. Este espectáculo esteve em exibição em Vilamoura quatro dias por semana, deslocando-se a cada uma das outras unidades um dia por semana e para jantares de grupo e ocasiões especiais. Além deste espectáculo os Casinos do Algarve produziram, um segundo espectáculo denominado, “Summer Show’18”, que foi apresentado nos três Casinos do Algarve, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, aumentando a oferta de animação disponível de modo a atender a elevada procura característica da época alta.

O restaurante Miralago, no Casino Vilamoura, manteve-se aberto ao público cinco dias por semana, encerrando normalmente às Segundas e Terças-feiras.

No Casino Monte Gordo o restaurante Oceano, esteve aberto cinco dias por semana de Junho a Setembro, encerrando normalmente às segundas e terças-feiras, nos restantes meses do ano, esteve aberto 4 dias por semana, encerrando de segunda a quarta-feira.

O restaurante Aladino do Hotel Algarve Casino, nos meses de Julho a Setembro, apenas encerrou às Quintas-feiras, funcionando nesses dias, os outros restaurantes do hotel. Nos restantes meses do ano, o Aladino esteve aberto todos os dias, sendo o único restaurante da unidade aberto.

Para além da apresentação dos espectáculos “diários”, os Casinos do Algarve trouxeram à região Algarvia, artistas de renome, cujas actuações proporcionaram momentos culturais inesquecíveis, como foram os casos de Aldo Lima, Orquestra Filarmónica Portuguesa, Amor Electro, Áurea, Fernando Pereira, Herman José, Cuca Roseta e HMB.

Nas noites Gastronómicas Internacionais estiveram representadas nos Casinos do Algarve as cozinhas Indiana, Japonesa e Tailandesa. Nas noites Gastronómicas Nacionais estiveram representados os Sabores do Alto Minho.

Mantendo a sua Estratégia de Cooperação com as entidades que organizam os mais variados eventos sociais, culturais e desportivos, a Solverde esteve presente, quer como organizadora, quer como colaborante e apoiante, nos seguintes eventos:

- Torneio de Golf – Expresso BPI Golf cup 2018;
- 28º Circuito de Golfe & Comunicação;



- 15º Torneio de Golf Simply the Best;
- 20º Torneio Hotel Algarve Casino;
- 18º Torneio Casino Vilamoura;
- 18º Torneio Casino Monte Gordo;
- 16º Circuito Casinos Solverde;
- Final 16º Circuito Casinos Solverde;
- Rallye Casinos do Algarve 2018;
- 31º Grande Troféu de Vilamoura;
- Algarve Classic Cars;
- Festas da Cerveja;
- Taça do Mundo em Trampolim - Assoc. de Pais e Amigos da Ginástica de Loulé;
- Campeonato do Mundo - Ténis em Cadeira de Rodas - Federação Portuguesa de Ténis;
- Gala de beneficência Rotary Clube de Loulé;
- Campeonato Nacional de Veteranos - Federação Portuguesa de Ténis
- Torneio do Presidente – Lions Clube Vilamoura;
- Taça do Presidente – Clube de Golfe de Vilamoura;
- Torneio Vilamoura Júnior – Clube de Golfe de Vilamoura
- Gala 30 anos Postal do Algarve
- Torneio de Encerramento - Clube de Golfe de Vilamoura.

1.3 Hotelaria

1.3.1 Hotel Solverde Spa & Wellness Center

O Hotel Solverde Spa & Wellness Center em 2018 recebeu 53.116 hóspedes, menos 6.880 hóspedes que no ano anterior.

As receitas globais atingiram 4.902.004 euros no ano 2018 e ficaram 3,6% abaixo do ano 2017.

A taxa de ocupação desceu de 51,25% em 2017 para 48,19 % em 2018.

No que refere ao preço médio quarto, o mesmo sofreu uma evolução positiva, cresceu em 3,5%. Em 2018 o preço por quarto era de 96,71 euros e em 2017 era de 93,47 euros.

Durante o ano 2018 continuamos a sentir aumento da procura para Congressos e Eventos, de destacar o Congresso Turismo organizado pelo IPDT.

O top das nacionalidades continua a ser liderado por Portugal, seguido de Espanha e França representando estes três países mais de 50,00 % do total de clientes.



No ano de 2018 apesar de um aumento ligeiro da procura no destino sentiu-se que aumentou também, em grande escala, a oferta na AMP, o que fez com que os resultados de algumas unidades sofressem um ligeiro decréscimo em 2018.

Para o ano de 2019 prevê-se um cenário de tendência de estagnação do mercado, apesar de estarem já previstos para o Hotel alguns eventos de pequena/média dimensão.

Serão feitos esforços comerciais no sentido de procurar reforçar o seu posicionamento no mercado, nomeadamente através da contratação com novos operadores turísticos em mercados como o brasileiro.

Estão previstas a abertura de novas rotas para o Porto de companhias como a Emirates e reforço de voos da Ryanair e Turkish Airlines, o que vai ajudar na captação de novos mercados.

Prevê-se que a curto/médio prazo a abertura do espaço para eventos Superbock Arena no Palácio de Cristal venham a contribuir de forma positiva para o destino.

1.3.2 Hotel Apartamento Solverde

Durante o ano de 2018, o Hotel Apartamento Solverde recebeu 40.546 clientes (em 2017: 41.234 clientes), registando assim um decréscimo de 1,67% relativamente a 2017.

Na taxa de ocupação verificou-se uma redução de 6,20%, apresentando em 2018 um valor de 56,94% contra os 60,72% de 2017.

O preço médio contrariou a tendência acima descrita com uma subida de 4,90% apresentando em 2018 um valor de 73,85 euros enquanto em 2017 foi de 70,40 euros.

As receitas totais de alojamento em 2018 foram de 1.293.021 euros face aos 1.300.116 euros de 2017 o que representa um decréscimo de 0,55%.

Ainda que a taxa de ocupação tenha sido inferior a 2017, o aumento do preço médio por unidade vendida permitiu que a receita de alojamento de 2018 fosse idêntica ao ano anterior. Tendo o ano de 2017 representado o melhor desempenho do Hotel na última década, ter conseguido em 2018 chegar a resultados semelhantes foi positivo já que o mercado não exibiu a dinâmica de procura anteriormente verificada.

O ano de 2019 poderá manter a tendência de estagnação do mercado registada em grande parte do ano anterior motivada por diversos factores nacionais e internacionais, nomeadamente no segmento de lazer. Tentaremos contrariar essa tendência e voltar a ter um desempenho semelhante aos dois últimos anos.



1.3.3 Hotel Algarve Casino

Durante o ano de 2018, o Hotel Algarve Casino recebeu 78.365 clientes, registando assim um decréscimo de 2,75% relativamente a 2017 em que recebeu 80.584.

Na taxa de ocupação verificou-se uma quebra de 1,65%, apresentando em 2018 um valor de 49,59% contra os 51,24% de 2017.

O preço médio seguiu a tendência acima referida com um decréscimo de 2,60% apresentando em 2018 um valor de 117,26 euros, enquanto que em 2017 foi de 120,38 euros.

As receitas totais de alojamento em 2018 foram de 4.414.155,93 euros, face aos 4.683.332,01 euros de 2017 o que representa uma diminuição de 5.75%.

A quebra registada deve-se essencialmente aos desvios de turistas para destinos que sofreram períodos de instabilidade, como Turquia, Egito, Tunísia o que também contribuiu para que nós tivéssemos grandes crescimentos nos últimos anos.

Durante o ano 2018 sentiu-se a descida do mercado britânico no Algarve que pode ser explicada por uma série de factores, com o Brexit, mas também a desvalorização da libra face ao euro, levando os britânicos a optarem por destinos mais económicos, como os acima mencionados.

Um aspecto muito importante que é preciso ter em conta a falência de companhias como a Monarch, Niki ou Airberlin, que traziam milhares de turistas britânicos e cuja capacidade ainda não foi repostada, mas também o clima de verão de 2018 (até fim de Julho) foi pouco convidativo a banhos de praia.

A operação tradicional foi afetada por todos estes factores, originado a quebra da produção do HAC. A manutenção de alguns eventos importantes realizados em 2017 como foi o caso do Beach Volley Group, o Algarve Classic Festival ou eventos como o Mundial de Superbikes no Autódromo Internacional do Algarve e o Rallye Casinos do Algarve, festival BPM, foi essencial para minimizar o impacto.

O ano de 2019 será um ano de desafio, prevendo-se um ano difícil para o turismo. De forma a contrariar as tendências o HAC tem com estratégia apostar no desenvolvimento dos novos mercados que surgiram, como Brasil, EUA, Canadá e captar novos Tour Operadores.

1.3.4 Hotel Casino Chaves

No exercício do ano 2018 o Hotel Casino de Chaves recebeu 34.882 Hospedes, registando um crescimento de 8,12% comparativamente a 2017 em que se receberam 32.262 .



A taxa de ocupação registou um crescimento de 2,58%, apresentando em 2018 55,64%, tendo em 2017 sido de 53,06%.

O preço médio decresceu 0,63% situando-se nos 71,19 euros em 2018, sendo 71,64 euros de 2017.

Em 2018 os proveitos totais do HCC foram no valor de 1.532.607,28 euros, representando um crescimento de 3,8% face o homologado que foram no valor de 1.476.460,82 euros.

A capacidade de captação dos mercados emissores manteve-se equiparada à do ano 2017, estando distribuída da seguinte forma, Portugal 81,06% , Espanha 5,37%, França 4,41%, USA 1,91% , Suíça, 1,0%, Outros 6,25%.

A notoriedade e força comercial do Hotel Casino Chaves permitiu que em 2018 se tivessem realizado diversos eventos empresariais, desportivos e de lazer, destacando-se: Ciclonatur, Estágio da Selecção Polaca de sub-21, Gala do Empreendedorismo, Porto Editora, Aki, S.C.Braga, F.C.Belenenses, Transportugal, Volta a Portugal em Bicicleta, Torneios de Poker...

No campo das oportunidades em 2018 o facto de ter havido uma unidade hoteleira concorrente que esteve fechada para obras, permitiu também a captação extraordinária de algum mercado.

Para o ano 2019 prevê-se o cumprimento dos objectivos traçados, fundamentados pela concretização de eventos já confirmados e outros em negociação, também pelas parcerias estabelecidas com entidades e organizações potenciadoras de acções no território.

Poderão surgir alguns constrangimentos fruto da abertura de 2 novos hotéis e em caso da não manutenção na 1ª Liga de Futebol do G. D. de Chaves.

O plano de acção comercial aprovado, está a ser executado em conformidade com o estabelecido, abrangendo os principais segmentos de mercado.

Na continuidade da política da melhoria da qualidade, foi estabelecido um quadro mínimo de pessoal fixo, que nos tem permitido prestar um serviço com os padrões expectáveis pelos nossos Clientes, de forma consistente e pelos mesmos já reconhecidos.

1.4 Investimentos

Durante o ano de 2018 vivemos um período, em que a conjuntura económica interna e externa assumiu indicadores positivos e sentiu-se uma melhoria nos índices de confiança dos particulares e dos empresários, não obstante se manterem alguns constrangimentos nas contas públicas, quer no défice quer



no montante da dívida pública, que há que reduzir para não pôr em causa o futuro e precaver o surgimento de uma crise.

Este cenário recomenda, contudo, alguma prudência pelo que a Solverde sustentou, como vem sendo hábito, a sua habitual estratégia de investimento nas suas diversas unidades e áreas de negócio, no sentido de manter a sua posição de elevada competitividade no sector em que se insere, assegurando, ao mesmo tempo, a sua aposta na conquista e fidelização de clientes e na captação de novos frequentadores e de utilizadores de leque de serviços que oferece.

No decurso do exercício em análise, a Solverde investiu cerca de 7,25 milhões de euros, dos quais se destacam as verbas despendidas na actualização dos equipamentos das salas de jogos dos nossos Casinos. Assim, no Casino Espinho investiram-se 2,32 milhões de euros, enquanto que nos três Casinos do Algarve o montante atingiu 2,88 milhões de euros. No Casino Chaves, de dimensão mais reduzida, gastaram-se apenas 375.000 euros. Na nova área de negócio que a Solverde explora, o Casino Online foram investidos, em diversos equipamentos, ao longo de 2018, perto de 100.000 euros.

A actualização do parque de máquinas, com a introdução de novos jogos, foi acompanhada por um ajustamento do mix oferecido, em função das preferências evidenciadas por clientes e frequentadores.

O restante investimento foi realizado em pequenas intervenções de remodelação/modernização nas diversas unidades hoteleiras, no sentido de oferecer elevados padrões de conforto e qualidade aos nossos clientes, com particular relevo as ocorridas no Hotel Apartamento Solverde, no Hotel Solverde Spa & Wellness Center e no Hotel Algarve Casino.

Por último, há a realçar o investimento realizado nos diversos casinos em equipamentos de vigilância e controle de acessos (a que fomos obrigados por imposição legal) que atingiu os 278.000 euros em Espinho, 308.000 euros no Algarve e 117.000 euros em Chaves.

1.5 Relevação Contabilística

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística em vigor e na sequência da adopção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

- A exemplo de anos anteriores, os bens adquiridos reversíveis para o Estado no final das concessões, foram contabilizadas na rubrica do Activo Fixo Tangível, sendo as respectivas depreciações efectuadas tendo em consideração os anos que faltam para o termo das mesmas.
- A parte comparticipada pelo Estado na aquisição destes bens, em Espinho, foi contabilizada em Outras Variações do Capital Próprio, como Subsídio ao Investimento, de acordo com o estipulado no actual normativo contabilístico, sendo o respectivo rendimento diferido ao longo da concessão,



resultando numa imputação para este exercício no montante de 2.050.630 euros (em 2017: 1.873.437 euros).

- Atendendo à natureza e situação de alguns processos pendentes sobre clientes e outros devedores, decidiu-se proceder ao reconhecimento de perdas e reversões por imparidades de dívidas a receber, tendo sido necessário reconhecer perdas no valor de 13.955 euros e reversões em 153.574 euros. Simultaneamente consideramos como dívidas incobráveis, o valor de 138.260 euros, relativos a débitos sobre clientes de jogo, hotelaria e inquilinos, por não ter sido possível a sua cobrança pela via judicial.
- Em virtude dos prémios acumulados nas diversas Salas de Jogos, a pagar aos clientes, terem aumentado durante o exercício, foi decidido corrigir a sua provisão nesse sentido, no valor de 3.308 euros. De igual modo, na sequência da existência de processos judiciais em curso, foi constituída uma provisão no valor de 142.556 euros.
- Dando cumprimento à NCRF 15 e em consonância com a aplicação do método da equivalência patrimonial, procedeu-se a uma correcção positiva de 10.050 euros, no valor da conta de Investimentos Financeiros.
- Partes de capital em Subsidiárias, que corresponde ao resultado da associada Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.
- Ainda no seguimento da necessária constante remodelação do sector de jogos, procedeu-se ao abate de diverso equipamento, devidamente autorizado pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos, no valor de 2.927.779 euros, do qual resultou um custo para a empresa, que se cifrou em 1.108.912 euros.
- Em resultado do aumento, no presente exercício, das Receitas Brutas dos jogos das concessões de Espinho e Algarve, a Empresa usufruiu da aplicação dos nºs 2 e 3 do artº 5º do Decreto-Lei nº 275/01, de 17 de Outubro, o que permitiu que 25% e 17,5% dos acréscimos das referidas receitas respectivamente, fossem deduzidos no acerto final das Contrapartidas Anuais, atingindo o total de 1.000.033 euros.

2. EMPRESA ASSOCIADA

No que se refere à nossa empresa associada, cuja actividade monitorizamos de perto, destacamos como mais relevantes os seguintes factos sucedidos durante o ano 2018.



EMPES - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda

Neste exercício ocorreu um aumento do custo do jornal decorrente do encerramento da “Holmen Ibérica”, uma fábrica de papel em Espanha que era a principal fornecedora do mercado nacional. Dada a grave escassez de papel de jornal no mercado internacional, por encerramento de fábricas, os restantes fornecedores aproveitaram para aumentar os preços.

Tem havido uma enorme insatisfação por parte dos assinantes em virtude da falta de entrega pelos CTT dos jornais, o que tem dado origem a muitas reclamações por esse facto. Acresce a isto o agravamento constante dos serviços CTT, mormente do custo de distribuição.

Quanto à publicidade, e apesar de todo o esforço na angariação, algum comércio local, que tem beneficiado do apoio do jornal, não tem correspondido na ajuda da continuação da publicação no mesmo.

A empresa carece de renovar o sector jornalístico de forma a dar novo impulso redactorial, mas atendendo aos escassos recursos financeiros vem protelando esta remodelação. Prosseguiram-se os princípios de manutenção de regras, controle e redução de custos. Estes processos têm vindo a ser acompanhados pela implementação das novas estratégias de intervenção, redução de efectivos e de identificação de investimentos necessários.

É igualmente imposta uma burocracia que sobrecarrega a já débil imprensa regional com todo o tipo de taxas, dificultando, cada vez mais, a existência do jornal.

Em face deste acentuado quadro de dificuldades e os escassos apoios recebidos sempre se tem assegurado o cumprimento integral dos compromissos assumidos, bem como o cumprimento pontual das obrigações fiscais.

Neste contexto, pelos factos atrás relatados, o resultado líquido foi positivo tendo atingido o valor de 12.745,44 euros.

3. PLANO DE COMUNICAÇÃO

Ao longo do ano tivemos muitas iniciativas que contribuíram para aumentar a notoriedade da Solverde junto do seu público.

A presença na BTL, a maior feira do sector a acontecer em Portugal, na FIL, Lisboa, onde mais uma vez marcámos presença com um stand que muito dignificou a empresa e que atraiu muitos amigos, clientes e onde se estabeleceram muitos contactos que foram sendo seguidos ao longo de todo o ano. De referir também a presença na feira do Mundo Abreu.



Desde o início do ano, passámos a ter acesso a novo serviço de clipping assegurado pela Cision, talvez o maior player a nível mundial nesta área, que nos permite ter uma visão muito clara da Solverde, no que aos meios de comunicação social diz respeito. A concretização deste objectivo, anunciado ainda em 2017, possibilita-nos avaliar e quantificar a nossa presença em termos de notícias. Nos dias de hoje, esta solução revela-se de importância acrescida, visto que cada vez mais as plataformas digitais e as novas gerações de “jornalistas”: bloggers e influencers, só podem ser medidas e avaliadas com recurso a este tipo de tecnologias.

Passámos a marcar presença no jornal HeyPorto, totalmente vocacionado para os turistas. Com edição mensal e trilingue: português, francês e inglês e com distribuição nos principais hotéis e principais pontos de atracção turística do grande Porto.

No aeroporto do Porto, investimos com visibilidade na zona de chegadas ocupando dois painéis retroiluminados durante o período do maior fluxo de turistas.

No casino online, partimos em busca de um novo parceiro na área de comunicação. Para tal, lançámos um concurso de ideias ao qual responderam várias agências.

Todas as propostas apresentadas se revelaram de grande qualidade mas a opção acabou por recair sobre a Havas, uma das principais multinacionais a operar em Portugal, e responsável por gerir algumas das mais conhecidas marcas no nosso país.

O trabalho apresentado tem vindo a ajudar a reposicionar a nova marca da Solverde, catapultando-a para um patamar bem elevado, e afirmando-se como a referência no sector.

Ao abrigo da nova lei em vigor estivemos envolvidos, com uma vasta equipa interna e acompanhada por Assesores externos, a implementar todos os processos e procedimentos para cumprir com o RGPD – Regime Geral de Protecção de Dados quer para a operação dos hotéis, quer dos casinos.

O investimento em comunicação sofreram um reforço considerável para apoiar fundamentalmente a unidade de Chaves. Desta forma, adquirimos posições de suportes externos – outdoors – com a ajuda do nosso parceiro Media Du Yes, para levar a um público bem mais vasto toda a actividade do grupo Solverde, em concreto do Hotel Casino Chaves. Felizmente, os resultados apresentados foram melhorando substancialmente ao longo do ano. As taxas de ocupação da nossa sala de espectáculos aumentaram de forma notória, e com reflexos também na ocupação da unidade hoteleira contígua ao casino.

Aliás, de forma generalizada fomos ao longo de todo o ano reforçando a proximidade e a complementaridade dos serviços dos hotéis com o dos casinos, para oferecer propostas comerciais aos nossos clientes por forma a promover um claro “cross selling” hotéis/casinos.

Já nos formatos mais modernos, entenda-se todo o universo digital e ambiente web, continuamos a reforçar presença, a ser mais assertivos e a segmentar melhor a nossa comunicação, reforçando a presença da Solverde nesses meios, especialmente de todas as unidades do grupo mais a norte.

Durante 2018, e ao longo do ano foram publicadas mais de 1.200 notícias sobre a Solverde, representando um retorno financeiro próximo dos € 700.000, sendo que 50% foram notícias online, 32% imprensa e os restantes 18% na TV.

Como habitual e, cumprindo o estipulado, mantivemos o apoio e o patrocínio a várias iniciativas de âmbito cultural, musical e desportivo durante o ano em apreço, em que se destacam:

Resumindo:

- Expresso BPI Golf Cup
- XVI Circuito Golfe Casinos Solverde
- Campeonato Nacional Golfe
- XXVIII Torneio Int.Hóquei Patins
- Circuito Veteranos Ténis/Espinho Jovem
- Passeio Porsche
- Espinho Clássico Automóveis
- XX Raid Casino Espinho
- Circuito Sénior Golf
- XXVI Solverde Cup Golf
- Circuito Golfe The Pairs
- AMB Volleybol Praia
- Campeonato Nacional Golfe PGA
- FEST
- CINANIMA
- várias Festas e Romarias locais
- XIII Congresso Internacional Turismo
- Beach Games Chaves
- Gala do Desporto do Alto Tâmega
- Gala do Empreendedorismo
- Clube de Motard de Chaves
- XVI Circuito Golfe Casinos Solverde



4. EVOLUÇÃO PREVISIONAL

Na sequência da evolução da economia portuguesa ao longo de 2018 perspectivamos para o exercício de 2019 a continuação de um clima favorável ao crescimento económico (mas em evidente desaceleração), com particular relevo para o sector turístico, sendo expectável a obtenção de níveis recorde de estrangeiros que nos visitam e nas receitas que eles proporcionam. Assim, estando nós situados nos sectores de turismo e lazer, estamos convictos de que esta onda positiva se venha a reflectir na actividade da Solverde.

Neste cenário, um pouco menos optimista que há um ano atrás, mas com um razoável nível de prudência que a incerteza de conjuntura económica recomenda, a Solverde pretende continuar a envidar esforços para crescer de forma continuada, motivo, pelo qual, mantém a aposta em pequenos investimentos que possam minimizar o impacto de um ano que se afigura desafiante e que garantam a sustentabilidade do negócio do jogo e das valências que lhe estão subjacentes.

Em matéria de slot – machines, e sendo estas a principal fonte de receitas, vamos continuar a apostar na sua diversificação e actualização com o que de mais moderno e inovador existe em todo o mundo, procurando assegurar um elevado grau de atractividade junto dos nossos clientes.

Neste contexto, é com alguma cautela e prudência que encaramos a situação previsível para 2019 acreditando que, no actual contexto de ligeira recuperação económica, possamos aumentar o volume de negócios para os 117 milhões de euros, o qual determinará como plausível, um resultado líquido de 6,5 milhões de euros, admitindo que não se consigam concluir os processos de negociação dos contratos de concessão em vigor e que tenhamos que suportar os encargos decorrentes das contrapartidas mínimas. Nestas estimativas estão já incluídos valores relativos à exploração do nosso casino online, que já se encontra em pleno funcionamento, e cuja performance tem vindo a evoluir positivamente de forma acentuada e consistente.

Convirá ainda, e não é de forma alguma negligenciável, referir que, a par das supracitadas negociações com o Governo, incorrem processos em tribunal contra o Estado que, a serem favoráveis à Solverde – o que admitimos como o mais provável dadas as razões que nos assistem – farão com que sejamos ressarcidos em dezenas de milhões de euros, que mais que suplantarão os resultados negativos de 2015 e dos anos anteriores, e que nos deixarão numa situação económica e financeira extremamente confortável.

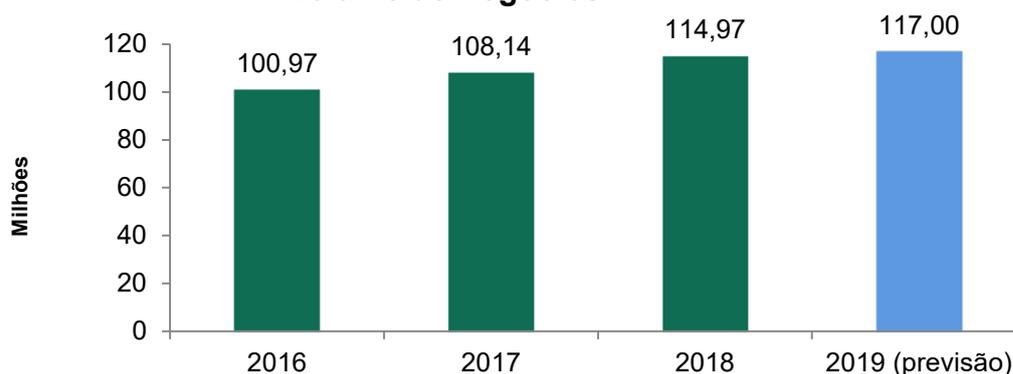
Em 2019, continuaremos a distinguir-nos também pela apresentação de grandes concertos e de espectáculos com nomes reconhecidos no panorama nacional e internacional que abrilhantarão os palcos dos casinos do Norte - Espinho e Chaves – e do Sul - Vilamoura, Praia da Rocha e Monte Gordo.

Por fim, importa sublinhar que o nosso objectivo é o de continuar a garantir um crescimento sustentado da nossa actividade, mediante uma gestão rigorosa dos nossos recursos financeiros e humanos, o que

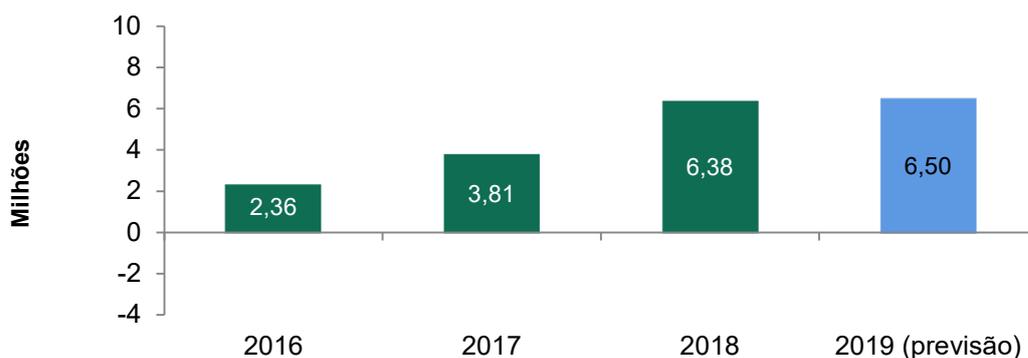


consolidará a Solverde como um Grupo cuja dimensão e reconhecimento é já francamente reconhecida, quer no sector do turismo, em geral, quer no que particularmente diz respeito ao jogo. É assim nossa intenção continuar a marcar a diferença, fazendo jus a um percurso histórico de que todos nos orgulhamos, necessariamente acompanhada por objectivos estratégicos de médio e longo prazos que abonem um futuro que queremos continuar a vencer.

Volume de Negócios



Resultados Líquidos



5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a actividade futura da empresa.

6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2018, a Sociedade não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido Positivo do exercício de 2018, que ascendeu a 6.382.744,12 euros (Seis Milhões Trezentos e Oitenta e Dois Mil Setecentos e Quarenta e Quatro Euros e Doze Cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados: 4.359.557,08 euros

Distribuição de Resultados: 2.023.187,04 euros (Distribuição pelos Accionistas sob a forma de dividendos, que corresponde a um valor ilíquido de 36 cêntimos por ação).

8. DISPOSIÇÕES LEGAIS

Nos termos do n.º 5, alínea h) do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de riscos financeiros inserem-se na política integrada de gestão de risco do Grupo Violas definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta.

9. AGRADECIMENTOS

Aos membros do Governo, do Turismo de Portugal, da Inspeção Geral de Jogos e a todas as demais entidades oficiais, autárquicas e privadas que desenvolveram relacionamentos com a Solverde, o Conselho de Administração faz um voto de agradecimento pela prestimosa colaboração dispensada.



A todos os colaboradores da Sociedade manifestamos o nosso reconhecimento pelo empenho e pela colaboração demonstrados.

Ao público em geral, agradecemos a preferência que continuou a dar aos nossos serviços.

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro do Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Anexo I ao Relatório Anual de Gestão – Período de 2018**Publicidade das participações no Capital Social dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade**

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais informa-se que, em 31 de Dezembro de 2018, os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais pessoas referidas no nº 2 do mesmo preceito não detêm acções da Sociedade.

Anexo II ao Relatório Anual de Gestão – Período de 2018

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 448º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, segundo os registos da Sociedade e as informações recebidas, é a seguinte lista dos Accionistas detentores de pelo menos 1/10 do Capital Social:

	% Detida	
	2018	2017
VIOLAS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	93,67%	93,67%

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro do Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/dez/18	31/dez/17
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	87 325 049	91 439 203
Propriedades de investimento	6	6 546	6 546
Activos intangíveis	7	27 651 598	32 911 454
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	19 132	9 082
Outros investimentos financeiros	9	356 495	350 620
Caixa e depósitos bancários	4	2 638 637	2 607 134
		117 997 457	127 324 039
Activo Corrente			
Inventários	10	881 250	844 907
Clientes	11	494 960	709 598
Estado e outros entes públicos	12	2 375 334	2 370 879
Outros créditos a receber	13	26 882 732	11 918 754
Diferimentos	14	513 666	480 818
Caixa e depósitos bancários	4	6 938 147	5 387 153
		38 086 089	21 712 108
Total do activo		156 083 547	149 036 148
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	30 000 000	30 000 000
Ações próprias	15	(3 221 839)	(3 221 839)
Reservas legais	15	5 313 545	5 313 545
Outras reservas	15	62 105 188	62 105 188
Resultados transitados	16	(18 803 872)	(22 609 829)
Excedentes de revalorização	17	9 460 927	9 460 927
Ajustamentos em activos financeiros	18	85 149	84 469
Outras variações no capital próprio	19	10 253 152	11 240 625
Resultado líquido do período	20 ; 35	6 382 744	3 806 638
Interesses que não controlam		0	0
Total do capital próprio		101 574 994	96 179 723
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21 ; 30	1 541 526	1 395 662
Financiamentos obtidos	22	1 875 000	4 125 000
Estado e outros entes públicos	12	6 250 438	4 558 157
		9 666 964	10 078 819
Passivo corrente			
Fornecedores	23	2 186 351	2 053 885
Adiantamentos de clientes	11	77 623	60 029
Estado e outros entes públicos	12	14 593 607	14 312 092
Financiamentos obtidos	22	23 782 198	22 600 139
Outras dívidas a pagar	24	4 136 447	3 720 771
Diferimentos	14	65 362	30 691
		44 841 589	42 777 606
Total do passivo		54 508 553	52 856 425
Total do capital próprio e do passivo		156 083 547	149 036 148

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro de Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Ferrando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/18	31/dez/17
Vendas e serviços prestados	25	114 968 949	108 136 260
Subsídios à exploração	26	23 620	49 409
Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	0	0
Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	10 050	681
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5 037 801)	(5 055 221)
Fornecimentos e serviços externos	27	(19 634 464)	(18 487 659)
Gastos com o pessoal	28	(22 761 234)	(21 730 216)
Perdas por Imparidade de dívidas a receber	29	(13 955)	(353 627)
Reversões de perdas por Imparidade de dívidas a receber	29	153 574	589 675
Aumentos de Provisões	21 ; 30	(166 582)	(68 467)
Reduções de Provisões	21 ; 30	20 719	372 281
Perdas por reduções de justo valor	31	(7 003)	0
Ganhos por aumentos de justo valor	31	0	90
Outros rendimentos	32	3 685 486	3 302 913
Outros gastos	33	(48 572 533)	(46 465 687)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		22 668 826	20 290 432
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6 ; 7	(15 622 945)	(15 476 672)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 045 880	4 813 760
Juros e rendimentos similares obtidos	34	50 803	57
Juros e gastos similares suportados	34	(713 939)	(1 007 178)
Resultado antes de impostos		6 382 744	3 806 638
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
Resultado líquido do período	20	6 382 744	3 806 638
Resultado por acção básico	35	1,136	0,677

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro de Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Accções próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2017)	1	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(24 955 930)	9 460 927	73 138	12 066 626	2 357 432	93 199 087	0	93 199 087
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação de resultados	15	0	0	0	0	0	2 357 432	0	0	0	(2 357 432)	(0)	0	(0)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	0	0	0	0	0	(11 331)	0	11 331	(826 002)	0	(826 002)	0	(826 002)
	2	0	0	0	0	0	2 346 101	0	11 331	(826 002)	(2 357 432)	(826 002)	0	(826 002)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										3 806 638	3 806 638	0	3 806 638
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										1 449 206	2 980 636	0	2 980 636
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Outras operações	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2017)	6=1+2+3+5 15;16;17; 18;19;20	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(22 609 829)	9 460 927	84 469	11 240 625	3 806 638	96 179 723	0	96 179 723

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração,

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro de Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2018)	6	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(22 609 829)	9 460 927	84 469	11 240 625	3 806 638	96 179 723	0	96 179 723
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Aplicação de resultados	15	0	0	0	0	0	3 806 638	0	0	0	(3 806 638)	(0)	0	(0)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	0	0	0	0	0	(681)	0	681	(987 473)	0	(987 473)	0	(987 473)
	7	0	0	0	0	0	3 805 957	0	681	(987 473)	(3 806 638)	(987 473)	0	(987 473)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6 382 744	6 382 744	0	6 382 744
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0	0	0	0	0	3 805 957	0	681	(987 473)	2 576 106	5 395 271	0	5 395 271
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Outras operações	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2018)	11=6+7+8+10 15;16;17; 18;19;20	30 000 000	(1 900 180)	(1 321 659)	5 313 545	62 105 188	(18 803 872)	9 460 927	85 149	10 253 152	6 382 744	101 574 994	0	101 574 994

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração,

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro de Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/18	31/dez/17
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		115 201 181	108 214 714
Pagamentos a fornecedores		(24 609 272)	(22 817 440)
Pagamentos ao pessoal		(22 761 234)	(21 730 216)
Caixa gerada pelas operações		67 830 675	63 667 058
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos / pagamentos		(44 689 104)	(40 927 313)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		23 141 571	22 739 745
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(6 644 505)	(5 957 446)
Activos intangíveis		(268 394)	(12 573)
Investimentos financeiros		0	0
Outros activos		(11 125)	(13 918)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0	0
Activos intangíveis		0	0
Outros activos		8 644	27 694
Subsídios para o Investimento		2 050 630	1 873 437
Juros e Rendimentos Similares		50 803	57
Investimentos financeiros		5 250	10 000
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(4 808 697)	(4 072 749)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		45 032 198	39 850 139
Realizações de capital e outros instrumentos do capital próprio		0	0
Juros e ganhos similares		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(46 100 139)	(57 988 658)
Juros e gastos similares		(713 939)	(1 007 178)
Distribuição de resultados		0	0
Outras operações de financiamento		(15 000 000)	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(16 781 879)	(19 145 697)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 550 995	(478 701)
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5 387 153	5 865 854
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6 938 147	5 387 153

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

O Conselho de Administração

Manuel Soares de Oliveira Violas - Presidente

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro de Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em Euros)

1. INTRODUÇÃO

A SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A., é uma sociedade anónima, constituída em 12 de Abril de 1972, com sede social na Rua 19, n.º 85, 4501-858 Espinho, freguesia e com concelho de Espinho, e que tem como actividade principal a exploração das concessões das zonas de jogo de Espinho e Algarve até 31 de Dezembro de 2023 e de Vidago/Pedras Salgadas até ao final de 2032. As respectivas unidades de casinos encontram-se localizadas em Espinho, Vilamoura, Monte Gordo, Praia da Rocha e Chaves.

Em consequência das obrigações contractuais das referidas concessões, desenvolve ainda a actividade de Restauração e Hotelaria, sendo proprietária do Hotel Solverde Spa & Wellness Center, em São Félix da Marinha, no segmento de 5 estrelas, Hotel Casino Chaves, 4 estrelas e Hotel Apartamento Solverde em Espinho de 4 estrelas, sendo ainda concessionária do Hotel Algarve Casino, na Praia da Rocha de 5 estrelas.

A Sociedade integra o Grupo Violas - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., com sede na Rua dos Combatentes, n.º 783, Freguesia de Guetim, Concelho de Espinho. Consequentemente, as operações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo onde se insere.

As Empresas do Grupo, presentes em Portugal, Brasil, EUA, Canadá, Alemanha, Suíça, Dinamarca, França, Reino Unido e Bélgica, exercem as seguintes actividades económicas:

- Produção e comercialização de produtos de cordoaria, redes e embalagens;
- Imobiliária
- Hotelaria e Jogo

As demonstrações financeiras anexas correspondem às demonstrações financeiras individuais da Sociedade. Nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 98/2015, de 02 de Junho, a Sociedade está dispensada de elaborar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa. As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 24 de Julho (que altera o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho), que transpõe a Directiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013 e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2018, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Classificação dos activos e passivos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.



2.4. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade e respectivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação em contrário.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimentos das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Princípio de consolidação

A Sociedade encontra-se dispensada de apresentar contas consolidadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, pelo facto de ser detida pela Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e integrar por esta via as Demonstrações Financeiras Consolidadas desta Sociedade. Relativamente às participadas, a Sociedade, quando aplicável, utiliza o Método de Equivalência Patrimonial.

3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os



princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações dos activos fixos tangíveis próprios são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta e de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Este decreto foi actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de Abril, que procede à quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, alterado pela Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de Dezembro, 2/2014, de 16 de Janeiro, e 82-D/2014, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	8 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	6 a 16
Outros activos fixos tangíveis	14 a 24

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os bens afectos às concessões e reversíveis para o Estado são depreciados, em função dos anos que faltam para o término das mesmas, sendo considerado para esse efeito, o final de 2023 para Espinho e Algarve e 2032 para Vidago-Pedras Salgadas. Com esse pressuposto as taxas usadas durante o exercício resultaram em 16,67% e 6,67% (100/n) respectivamente, sendo n = ao número de anos que faltam até 2023 ou 2032.

O activo fixo tangível em curso, representa o activo ainda em fase de construção, e encontra-se registado ao custo dos dispêndios efectivados em várias pesquisas no campo de golfe da Cabeça Boa.

Este activo será depreciado a partir do momento em que o projecto global, no qual se integrará, esteja pronto para utilização e será deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



As mais e menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis, são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas nas demonstrações dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem os valores dos saldos que transitaram de 2009, das contrapartidas iniciais das Concessões das Zonas de Jogo de Espinho e do Algarve, que terminavam respectivamente, em 2008 e 2017, acrescidas dos valores das contrapartidas devidas pelas prorrogações das mesmas até 2023. O reconhecimento na demonstração dos resultados é registado na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização”, linearmente ao longo do período da concessão.

3.5. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obter rendimento e/ou valorização de capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo acrescido de dispêndios directamente atribuíveis, deduzidos de quaisquer depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período, estando actualmente a ser considerada uma vida útil de 50 anos.

As depreciações que integram as propriedades de investimento iniciam-se quando estiverem disponíveis para uso, numa base de duodécimos e só cessam na data em que forem desreconhecidos ou classificados como detidos para venda.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, a par dos rendimentos (rendas) obtidos com as propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem.

Em consequência da obrigatoriedade imposta pela anterior Concessão de Jogo de Espinho, a Sociedade ainda detém oito apartamentos, construídos para rendas económicas e limitadas.

3.6. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).



A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da empresa nos activos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Sociedade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

Das subsidiárias e participadas da Sociedade, seja em 2017, ou nos exercícios anteriores, não houve distribuição de lucros, por serem transferidos para Resultados transitados ou apresentarem prejuízos.



3.8. Inventários

Os Inventários são valorizados pelo valor de aquisição, utilizando-se o custo médio como critério valorimétrico da sua movimentação, realizada em regime de inventário permanente, de acordo com o n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Como as mercadorias são constituídas essencialmente por tabaco manufacturado e as matérias-primas por produtos de restauração com rápida rotação, não facilmente deterioráveis ou obsoletos, não se tem justificado o reconhecimento de perdas por imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são verificadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

3.9. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contractuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de um ano, verificando-se porém a existência de fundos de maneo, não só nas áreas adstritas ao jogo, mas também nos diferente sectores como sejam restaurantes, bares, balcões, quiosques, etc. Os mais significativos asseguram o pagamento de prémio de jogo, o que determina limitações à sua disponibilidade, sendo reconhecidos como activos não correntes.



b) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões decorrentes da cessação total do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo e não vencem juros. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando liquidadas, canceladas ou expiradas.

d) Empréstimos

Os empréstimos obtidos são registados no passivo ao custo deduzido dos encargos da transacção que são directamente atribuíveis à emissão, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra, respectivamente, a menos ou mais de um ano.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando liquidadas, canceladas ou expiradas.

Os gastos com juros e outros, incorridos como os empréstimos são calculados de acordo com a taxa efectiva e contabilizados na Demonstração de resultados do período, conforme o regime do acréscimo e a regra da especialização dos exercícios.

e) Passivos financeiros e Instrumentos de Capital Próprio

As acções próprias são contabilizadas pelo custo de aquisição e consideradas como abatimento ao capital próprio.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:



a) Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para venda são mensurados ao justo valor, utilizando as cotações de mercado, sendo as suas alterações reconhecidas na demonstração de resultados, conforme o disposto na NCRF 27.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contractuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10. Rédito

O rédito é relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da actividade ordinária da Sociedade, é reconhecido pelo valor efectivo, no respeitante nomeadamente às actividades de hotelaria e restauração. Quanto



às receitas da actividade de exploração dos jogos de fortuna ou azar nas Concessões de Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, registadas como “Prestações de Serviços”, são diariamente determinadas e advêm da diferença entre o montante das apostas concretizadas e os prémios atribuídos e pagos no dia, incluindo os provenientes de acumulados.

3.11. Subsídios do Governo

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efectivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por investimentos efectuados em activos fixos tangíveis ou intangíveis são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferido para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

Como no Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho está estabelecido que anualmente o Estado subsidiará até 50% do valor investido em determinados activos fixos tangíveis, todos os anos acresce esse montante aos anteriores, sendo cada período imputado como gasto e rendimento o valor das correspondentes depreciações.

Também, está previsto no Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho e Algarve, uma redução da contrapartida anual, de uma percentagem em certas despesas, dentro de um limite de 25% e 17,5% respectivamente do acréscimo nas receitas brutas dos jogos de cada exercício, relativamente ao ano anterior.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio. Todos os subsídios à exploração são contabilizados de acordo com a NCRF 22.

3.12. Principais estimativas e julgamentos apresentados

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das



demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Valorização de Activos Fixos Tangíveis registados pelo modelo do custo, nomeadamente Edifícios e Equipamentos.
- Vidas úteis atribuídas aos bens reversíveis para terceiros, sobretudo as relativas a equipamentos de jogo;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nestas estimativas.

As alterações a ocorrer posteriormente à data, serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.13. Imposto sobre o rendimento

Dada a especificidade das actividades desenvolvidas pela Sociedade, de exploração de jogos de fortuna ou azar e outras complementares, conforme contratos de Concessão celebrados entre o Estado e a Solverde, para as zonas de jogo de Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, regulada por legislação específica nomeadamente o Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de Dezembro, o qual estabelece no Artigo 84.º “Imposto Especial de Jogo”:

- *“N.º 1 - As Empresas Concessionárias ficam obrigadas ao pagamento de um imposto especial pelo exercício da actividade de jogo, o qual será liquidado e cobrado nos termos das disposições seguintes”.*
- *“N.º 2 – Não será exigível qualquer outra tributação, geral ou local, relativa ao exercício da actividade referida no número anterior ou de quaisquer outras a que as empresas concessionárias estejam obrigadas nos termos dos contratos de concessão e pelo período em que estes se mantenham em vigor”.*
- *“N.º 3 – Do imposto especial do jogo, 80% constituem receita do Fundo de Turismo, que (...)”.*
- *“N.º 4 – O exercício por parte das empresas concessionárias de quaisquer actividades não abrangidas pelo n.º 1 e 2 fica sujeito ao regime tributário geral (...)”* tratando os artigos seguintes do cálculo, liquidação e cobrança deste imposto especial, segundo os diferentes jogos praticados.

Mais estabelece o n.º 1 do artigo 95.º que *“A exploração e a prática de jogos de fortuna ou azar e a execução das obrigações das concessionárias ficam sujeitas à inspecção e fiscalização do Estado, exercidas pelo Serviço de Inspecção de Jogos”.*

Está ainda consignado nos referidos contractos que, para além do pagamento mensal do Imposto Especial de Jogo, de outras despesas e certas deduções, a considerar no fim de cada exercício, serão definidos os



diferenciais para cada Contrapartida Anual, fixada em 50%, 35% e 20,1% das receitas brutas do jogo, respectivamente para Espinho, Algarve e Vidago/Pedras Salgadas, valores esses a pagar até 31 de Janeiro do ano seguinte.

Como reforço a estes normativos, o Código do IRC refere no seu Artigo 7º., “Rendimentos não sujeitos” que, “*Não estão sujeitos a IRC os rendimentos directamente resultantes do exercício da actividade sujeita ao Imposto Especial de Jogo*”.

Em cada ano são liquidadas e pagas as Contrapartidas supra mencionadas sobre as receitas brutas de jogo, tendo em consideração as Tabelas Mínimas que constituem o Anexo do Decreto-Lei nº 275/2001, de 17 de Outubro referentes a Espinho e Algarve, que incluem entre outras o Imposto Especial de Jogo, não ficando nada pendente em termos tributários, razão pela qual não se coloca à Sociedade qualquer questão no que concerne a impostos diferidos.

3.14. Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras Contas a Receber e a Pagar” ou “Diferimentos”.

3.15. Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva, resultante de um evento passado que implique a saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa a essa data.

Não se encontram reconhecidas nas demonstrações financeiras, as responsabilidades da Sociedade por garantias prestadas por diversas instituições bancárias, porém encontram-se discriminadas na **Nota 38**.

3.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, férias e natal, abonos para falhas e retribuições adicionais eventuais decididas pelo órgão de gestão.

São também incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.



Assim, estas responsabilidades, quando existam, são registadas no período em que todos os Colaboradores, adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar a data da demonstração da posição financeira relevado na rubrica de valores a pagar correntes.

3.17. Eventos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

A Sociedade preparou a Demonstração dos Fluxos de caixa pelo método directo.

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estarão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Excepto quanto aos fundos de maneo afectos às diversas Salas de Jogo, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2018	31-12-2017
Numerário:		
Caixa - Fundo maneo	2 638 637	2 607 134
Caixa e equivalentes de caixa (activo) - Não corrente	2 638 637	2 607 134
Numerário:		
Caixa	3 410 156	3 712 058
Subtotal	3 410 156	3 712 058
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	3 506 544	1 653 664
Outros depósitos bancários	21 448	21 431
Subtotal	3 527 992	1 675 095
Caixa e equivalentes de caixa (activo) - Corrente	6 938 147	5 387 153
Equivalentes de caixa (passivo) - Corrente	282 198	1 100 139

O montante evidenciado na rubrica de Caixa – Não corrente refere-se aos fundos de maneo afectos às diversas salas de jogo dos cinco Casinos Solverde, fixados e controlados pela Inspeção Geral de Jogos e não disponíveis de imediato. Estas verbas poderão alterar durante o ano, conforme a actividade do jogo assim o justifique.



5. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento registado em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2018							Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Activos Fixos	AFT em Curso	
			Básico	Transporte	Admin.			
Quantia escriturada bruta inicial	3 138 069	110 550 426	102 151 357	1 730 994	6 669 557	2 686 872	154 752	227 082 028
Depreciações acumuladas iniciais	0	(65 710 037)	(61 353 057)	(965 317)	(6 090 819)	(1 523 594)	0	(135 642 825)
Quantia escriturada líquida inicial	3 138 069	44 840 389	40 798 300	765 677	578 739	1 163 278	154 752	91 439 203
Adições								
Aquisições em 1.ª mão	0	554 281	6 333 564	300 065	27 569	13 439	0	7 228 918
Total das adições	0	554 281	6 333 564	300 065	27 569	13 439	0	7 228 918
Diminuições								
Depreciações	0	(2 915 397)	(6 809 749)	(179 891)	(79 259)	(110 400)	0	(10 094 696)
Alienações	0	0	(162 717)	(86 579)	0	0	0	(249 295)
Alienações - Depreciações	0	0	23 252	86 579	0	0	0	109 831
Abates	0	0	(2 927 779)	0	0	0	0	(2 927 779)
Abates - Depreciações	0	0	1 818 867	0	0	0	0	1 818 867
Total das diminuições	0	(2 915 397)	(8 058 125)	(179 891)	(79 259)	(110 400)	0	(11 343 072)
Quantia escriturada bruta final	3 138 069	111 104 708	105 394 426	1 944 480	6 697 126	2 700 311	154 752	231 133 872
Depreciações acumuladas finais	0	(68 625 434)	(66 320 687)	(1 058 630)	(6 170 077)	(1 633 994)	0	(143 808 822)
Quantia escriturada líquida final	3 138 069	42 479 273	39 073 739	885 850	527 048	1 066 317	154 752	87 325 049

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento registado em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2017							Total
	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Activos Fixos	AFT em Curso	
			Básico	Transporte	Admin.			
Quantia escriturada bruta inicial	3 138 069	110 321 374	100 410 772	1 940 793	6 644 412	2 686 872	393 569	225 535 860
Depreciações acumuladas iniciais	0	(62 416 509)	(57 662 026)	(1 264 420)	(6 007 493)	(1 410 317)	0	(128 760 765)
Quantia escriturada líquida inicial	3 138 069	47 904 865	42 748 746	676 373	636 919	1 276 555	393 569	96 775 095
Adições								
Aquisições em 1.ª mão	0	229 052	5 757 655	332 091	25 145	0	0	6 343 943
Total das adições	0	229 052	5 757 655	332 091	25 145	0	0	6 343 943
Diminuições								
Depreciações	0	(3 293 528)	(6 330 150)	(172 883)	(83 326)	(113 277)	0	(9 993 164)
Alienações	0	0	0	(541 890)	0	0	0	(541 890)
Alienações - Depreciações	0	0	0	471 985	0	0	0	471 985
Abates	0	0	(4 017 069)	0	0	0	(238 817)	(4 255 886)
Abates - Depreciações	0	0	2 639 119	0	0	0	0	2 639 119
Total das diminuições	0	(3 293 528)	(7 708 100)	(242 788)	(83 326)	(113 277)	(238 817)	(11 679 835)
Quantia escriturada bruta final	3 138 069	110 550 426	102 151 357	1 730 994	6 669 557	2 686 872	154 752	227 082 028
Depreciações acumuladas finais	0	(65 710 037)	(61 353 057)	(965 317)	(6 090 819)	(1 523 594)	0	(135 642 825)
Quantia escriturada líquida final	3 138 069	44 840 389	40 798 300	765 677	578 739	1 163 278	154 752	91 439 203



As adições de Activos Fixos Tangíveis ocorridas no exercício de 2017 e 2018 respeitam fundamentalmente a diversos equipamentos para as salas de jogo.

Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efectuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12.

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe do valor dos Activos Fixos Tangíveis Brutos, afectos a cada uma das actividades da Sociedade é como segue:

Activos Fixos Tangíveis	Valor (euros)	
	2018	2017
AFT - Próprios		
Hotel da Granja	28 744 093	28 651 030
Aparthotel	8 678 018	8 275 282
Centro Comercial	526 762	466 551
Hotel Casino - Chaves	29 525 742	29 492 894
Hotel Algarve - Casino	3 220 755	3 215 397
Casino On Line	340 496	337 546
Outras	2 053 979	1 864 466
Total	73 089 845	72 303 166
AFT - Reversíveis		
Casino Espinho	77 345 312	74 842 900
Casino de Vilamoura	21 436 199	20 605 093
Casino de Montegordo	8 984 472	9 047 922
Casino da Praia da Rocha	8 922 652	9 418 249
Casino de Chaves	37 697 638	37 206 944
Total	154 386 273	151 121 108
AFT - Implantados em propriedade alheia		
Silo Auto da Praia da Rocha	3 503 001	3 503 001
Total	3 503 001	3 503 001
AFT - Em curso		
Campo de Golfe da Cabeça Boa	154 752	154 752
Equipamento em instalação		
Total	154 752	154 752
Total Bruto de AFT	231 133 871	227 082 028



6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor das Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi como segue:

	2018				Total
	Terrenos		Edifícios		
	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	
Quantia escriturada líquida inicial					
Custo aquisição	3 650	2 896	35 632	69 675	111 853
Depreciações acumuladas	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
Valor líquido	3 650	2 896	0	0	6 546
Movimentos no exercício					
Adições	0	0	0	0	0
Alienações	0		0		0
Depreciações - alienações	0	0	0		0
Total movimentos no exercício	0	0	0	0	0
Quantia escriturada bruta final	3 650	2 896	35 632	69 675	111 853
Depreciações acumuladas finais	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
Quantia escriturada líquida final	3 650	2 896	0	0	6 546

	2017				Total
	Terrenos		Edifícios		
	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	Hab. Renda Económica	Hab. Renda Limitada	
Quantia escriturada líquida inicial					
Custo aquisição	3 650	3 433	35 632	87 066	129 780
Depreciações acumuladas	0	0	(35 632)	(87 066)	(122 698)
Valor líquido	3 650	3 433	0	0	7 082
Movimentos no exercício					
Adições	0	0	0	0	0
Alienações	0	(536)	0	(17 391)	(17 927)
Depreciações - alienações	0	0	0	17 391	17 391
Total movimentos no exercício	0	(536)	0	0	(536)
Quantia escriturada bruta final	3 650	2 896	35 632	69 675	111 853
Depreciações acumuladas finais	0	0	(35 632)	(69 675)	(105 307)
Quantia escriturada líquida final	3 650	2 896	0	0	6 546

Em consequência da obrigação da anterior concessão de Jogo de Espinho, a Sociedade ainda detém cinco apartamentos, construídos para rendas económicas e limitadas.



7. ACTIVO INTANGÍVEL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi como segue:

	2018				
	Programas Computador	Propriedade Industrial			Total
		Zona de Jogo Espinho	Zona de Jogo Algarve	Jogos Online	
A 1 de Janeiro					
Custo de aquisição	101 667	47 935 970	28 751 322	371	76 789 330
Amortizações acumuladas	(54 562)	(27 400 533)	(16 422 755)	(27)	(43 877 876)
	47 105	20 535 437	12 328 567	345	32 911 454
Movimentos no exercício					
Adições	268 394	0	0	0	268 394
Amortização - exercício	(55 998)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 528 250)
	212 395	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 259 856)
A 31 de Dezembro					
Custo de aquisição	370 061	47 935 970	28 751 322	371	77 057 724
Amortizações acumuladas	(110 561)	(30 819 913)	(18 475 599)	(53)	(49 406 126)
Valor líquido a 31 de Dezembro	259 500	17 116 057	10 275 722	318	27 651 598

	2017				
	Programas Computador	Propriedade Industrial			Total
		Zona de Jogo Espinho	Zona de Jogo Algarve	Jogos Online	
A 1 de Janeiro					
Custo de aquisição	89 094	47 935 970	28 751 322	0	76 776 386
Amortizações acumuladas	(43 305)	(23 981 152)	(14 369 911)	0	(38 394 368)
	45 790	23 954 818	14 381 411	0	38 382 019
Movimentos no exercício					
Adições	12 573	0	0	371	12 944
Amortização - exercício	(11 257)	(3 419 380)	(2 052 844)	(27)	(5 483 508)
	1 315	(3 419 380)	(2 052 844)	345	(5 470 564)
A 31 de Dezembro					
Custo de aquisição	101 667	47 935 970	28 751 322	371	76 789 330
Amortizações acumuladas	(54 562)	(27 400 533)	(16 422 755)	(27)	(43 877 876)
Valor líquido a 31 de Dezembro	47 105	20 535 437	12 328 567	345	32 911 454

Os montantes evidenciados relativos às prestações iniciais e prorrogações das concessões das zonas de jogo de Espinho e Algarve, em enquadramento POC foram contabilizados como custos diferidos, sendo imputados duodécimos ao longo do período das concessões, com término a 31 de Dezembro de 2023. Em SNC, as amortizações são contabilizadas de acordo com o mesmo princípio, o que para activos adquiridos no exercício de 2018 resulta uma taxa de 16,67% (100/n), sendo n = número de anos até 2023 (em 2017: 14,28%).



8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rúbrica detalha-se como segue:

	2018							Total
	SEDE	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Partes de Capital			
					C. Aquisição	MEP anos anteriores	MEP ano	
EMPES - Empresa Publicidade Espinho, Lda.	Espinho	11 518	12 745	78,85%	4 100	4 982	10 050	19 132
		11 518	12 745		4 100	4 982	10 050	19 132

	2017							Total
	SEDE	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Partes de Capital			
					C. Aquisição	MEP anos anteriores	MEP ano	
EMPES - Empresa Publicidade Espinho, Lda.	Espinho	11 518	863	78,85%	4 100	4 301	681	9 082
		11 518	863		4 100	4 301	681	9 082

Durante o exercício a Sociedade adquiriu serviços de publicidade a esta participada no valor de 94.882 euros (em 2017: 99.236 euros).

Existe um contrato de arrendamento entre a SOLVERDE e a EMPES, relativo a uma loja sita no Centro Comercial Solverde I, onde esta participada exerce a sua actividade administrativa, pagando uma renda anual de 12.812 euros (em 2017: 12.695 euros).

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rúbrica detalha-se como segue:

	2018					2017				
	Capital	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Valor total aquisição	Capital	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Valor total aquisição
S.T.E - Sociedade de Turismo de Espinho, Lda.	1 750 000	290	5	39,90	11 572	1 750 000	290	5	39,90	11 572
Pavilhão Arade, S.A.	2 889 700	2 896	100	100,01	289 631	2 889 700	2 896	100	100,01	289 631
Estela Golf - Actividade Desportiva Turística, S.A.	2 081 685	1	6 484	6 484,38	6 484	2 081 685	1	6 484	6 484,38	6 484
		3 187			307 687		3 187			307 687
Outras participações										
Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)					1 130					1 130
Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)					1 130					1 130
Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. a)					0					5 250
					2 260					7 510
Outros activos financeiros										
Fundo Compensação de Trabalho (FCT) b)					46 548					35 423
Total de Outros Investimentos Financeiros					356 495					350 620



(a) Estes títulos actualmente estão depositados no Santander Totta, cativos como penhor, conforme o estipulado nos Contratos de Mútuo, celebrados entre a Solverde e essa instituição, para uma Linha de Crédito PME INVESTE VI – Aditamento, no valor de 750.000 euros realizado em 25 de Julho de 2011 e com término em 25 de Julho de 2017. Durante o exercício de 2017 foram reembolsados 10.000 euros pelo Banco Santander.

(b) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2018, refere-se às entregas mensais efectuadas pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT). Conforme o referido na Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto e na Portaria 294-A/2013, de 30 de Setembro, por cada contracto de trabalho celebrado após 01/Out/2013, a Sociedade paga para o Fundo de Compensação do trabalho 0,925% da retribuição base, que atingiu em 31.12.2018 o montante de 46.548 euros (em 2017: 35.423 euros). O efeito em 2018 da valorização ao Justo Valor foi negativo em 7.003 euros (ver **Nota 31**. abaixo).

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Inventários, detalha-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	109 004	93 730
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	772 245	751 177
Total	881 250	844 907

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Inventários iniciais	93 730	751 177	844 907	89 713	740 910	830 623
Compras	1 127 498	3 946 646	5 074 144	1 150 336	3 919 169	5 069 505
Reclassificação e regularização de inventários	0	0	0	0	0	0
Inventários finais	109 004	772 245	881 250	93 730	751 177	844 907
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1 112 223	3 925 578	5 037 801	1 146 319	3 908 902	5 055 221



11. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Clientes, detalha-se como segue:

CLIENTES	31.12.2018	31.12.2017
Clientes c/c - Gerais	494 960	709 598
Clientes - Cobrança Duvidosa	479 751	485 980
Clientes c/c	974 712	1 195 578
Imparidade (ver Nota 31)	(479 751)	(485 980)
Total clientes	494 960	709 598
Adiantamentos de Clientes	(77 623)	(60 029)
Clientes - Adiantamentos	(77 623)	(60 029)

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Relativamente à maturidade das dívidas dos clientes gerais, esta detalha-se como segue:

	31.12.2018				31.12.2017			
	Espinho	Algarve	Chaves	Total	Espinho	Algarve	Chaves	Total
<90 dias	246 070	106 700	22 892	375 662	294 052	259 300	22 302	575 654
90-180 dias	26 735	40 899	4 116	71 750	40 314	55 554	4 001	99 869
>180 dias	(4 721)	48 878	3 391	47 548	7 304	24 038	2 733	34 075
Total	268 084	196 477	30 399	494 960	341 670	338 892	29 036	709 598

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas imparidades, detalha-se como segue:

Imparidades	31.12.2018	31.12.2017
Início período	485 980	536 122
Aumentos	4 314	53 450
Utilizações	(10 542)	(103 592)
Reduções	0	0
Final do período	479 751	485 980

Os saldos de cobrança duvidosa encontram-se todos em contencioso e a aguardar decisões judiciais, sendo totalmente reconhecida a sua perda por imparidade.



12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, detalha-se como segue:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não Corrente				
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2014 (a)	0	3 038 771	0	4 558 157
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2017 (b)	0	3 211 667		
Total	0	6 250 438	0	4 558 157
Corrente				
Retenção Imposto sobre Rendimento	0	251 554	0	289 359
Contrapartida anual da concessão	0	5 540 160	0	4 813 613
Imposto Especial Jogo	0	2 320 787	0	2 212 776
Inspecção - Geral de Jogos	0	104 846	0	102 004
Imposto sobre o valor acrescentado	14 461	65 793	9 033	32 943
Contribuições para a Segurança Social	0	404 795	0	699 457
Restantes Impostos	0	59 657	973	49 609
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2014		1 519 386		
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2016/2015	0	0	0	1 712 117
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2017 (b)	0	0	0	4 400 214
Contrapartida mínima anual da concessão Algarve 2018		4 326 629	0	0
Contrapartida anual Espinho 2009/10/11 (c)	2 360 873	0	2 360 873	0
Total	2 375 334	14 593 607	2 370 879	14 312 092

(a) O montante evidenciado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos – Não Corrente, refere-se à Contrapartida Anual de 2014 da Zona de Jogo do Algarve e ao mapa anexo ao Decreto-lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro.

O montante referente ao exercício de 2014, conforme Decreto Regulamentar n.º 1/2015, será pago em três prestações anuais, a partir de 30 de Dezembro de 2019.

(b) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à contrapartida anual da concessão do Algarve do exercício de 2017. Devido ao facto desta dívida ter sido impugnada, a Administração entende que esta classificação em Ativo Não Corrente, se revela a mais adequada.

(c) O saldo devedor da Contrapartida Anual de Espinho, 2.360.873 euros, refere-se a valores não considerados unilateralmente pelo Estado, no apuramento final dos exercícios mencionados, no que concerne à sua participação em 50% nos equipamentos adquiridos e a serem considerados como subsídios ao investimento, decisão que entretanto a Sociedade contestou em Tribunal. A sentença deu razão às nossas pretensões e transitou em julgado em 2012. Dado que o Estado não procedeu ao seu pagamento em tempo útil, a Sociedade teve necessidade de recorrer novamente ao Tribunal para execução da sentença, processo esse actualmente ainda em curso.



Informa-se que em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado e Trabalhadores.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outros Créditos a Receber, detalha-se como segue:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamentos fornecedores	151 394	118 263
Pessoal	300	0
Outros devedores	26 731 038	11 800 492
	26 882 732	11 918 754

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo de Pessoal, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 contempla um montante de 298.357,37 euros, o qual em 31 de Dezembro de 2017, foi alvo de imparidade decorrente de uma decisão desfavorável no Tribunal de 1.ª Instância. Este montante resulta de um litígio dos elementos de chefia da Sala de Jogos com a Comissão de Distribuição de Gratificações do Casino Espinho que se recusa a pagar-lhes a sua quota-parte, tendo a Empresa assumido esse encargo, em forma de pagamento por conta, enquanto decorre o processo judicial, de modo a possibilitar que se mantenham no exercício dessas funções. De salientar, que a posição do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos nesta matéria é idêntica à dos funcionários, pelo que a Comissão de Gratificações se encontra também accionada por esta Entidade.

A rubrica de Outros Devedores detalha-se como segue:

Outros Devedores	31.12.2018	31.12.2017
Outros Devedores		
José Joaquim Martins Costa Lima (1)	11 617 640	11 617 640
Rendas a receber	199 020	197 075
Devedores Cobrança Duvidosa - Dividas de Jogo	401 251	401 251
Charme Alegre	65 049	39 073
Violas SGPS (2)	15 000 000	0
Outros Devedores	454 989	685 755
Total Outros Devedores	27 737 949	12 940 794
Imparidades		
Imparidade de dividas a receber (ver Nota 30)	(199 020)	(197 075)
Imparidade de outros devedores (ver Nota 30)	(548 900)	(541 976)
Imparidade de dividas de Jogo (ver Nota 30)	(258 991)	(401 251)
Total Imparidades	(1 006 911)	(1 140 302)
Total liquido Outros Devedores	26 731 038	11 800 492

(1) O montante evidenciado, respeita aos valores pagos relativos aos terrenos para o Campo de Golf da Cabeça Boa (Portimão). A Solverde contestou judicialmente a recuperabilidade deste montante, tendo obtido uma



sentença favorável (Processo n.º 8041/08.3YYPRT do Tribunal do Porto, Inst. Central – 1.º Seção de Execução e Processo n.º 8041/08-B Juízo de Execução do Porto) que entretanto foi contestada. Este débito encontra-se suportado por garantias reais, sendo a Solverde detentora de 191.235 ações da Sociedade proprietária dos direitos dos terrenos, cuja avaliação é substancialmente superior à dívida. O Conselho de Administração mantém a sua convicção de que a decisão do tribunal não será objecto de alteração.

(2) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2018, resulta de um contrato de empréstimo, na modalidade de conta corrente, à Empresa Mãe Violas, SGPS, S.A. até ao valor máximo de 20.000.000 euros, com o prazo de um ano, renovável até 4 anos. Até 31 de Dezembro de 2018, a Violas, SGPS, S.A., apenas utilizou o montante de 15.000.000 euros .

Em 31 de Dezembro de 2018, o movimento das imparidades para as dívidas dos Outros Devedores, é como segue:

Imparidades de Outros Devedores	31.12.2017	Perdas	Reversões	31.12.2018
Cientes Jogo	401 251	0	142 260	258 991
Cientes rendas	197 075	2 717	772	199 020
Devedores diversos	541 976	6 924	0	548 900
	1 140 302	9 641	143 032	1 006 911

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica detalha-se como segue:

DIFERIMENTOS	Activo	
	31.12.2018	31.12.2017
Gastos a reconhecer:		
Seguros	59 541	64 525
Rendas	18 836	18 627
Contratos de assistência	10 139	9 996
Juros e gastos c/ papel comercial	108 775	96 318
Imposto municipal imóveis	36 810	37 698
Gastos com financiamentos	167 711	212 135
Plano actividades concessão	47 994	21 039
Outros	63 860	20 480
	513 666	480 818

DIFERIMENTOS	Passivo	
	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos a reconhecer:		
Rendas	65 362	14 955
Subsídios	0	15 736
	65 362	30 691



O saldo constante em 31 de Dezembro de 2018 na rubrica do Activo – Diferimentos, relativo a gastos com financiamentos, respeita aos gastos debitados pela Empresa-Mãe relativo à organização, montagem, comissão de garantia e imposto de selo do empréstimo obrigacionista com vencimento em Novembro de 2023.

15. CAPITAL E RESERVAS

Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Sociedade encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 6.000.000 acções de valor nominal de 5 euros cada, não existindo quaisquer títulos preferenciais ou privilegiados. A Empresa-Mãe, Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detém 5.619.964 acções, a que corresponde 93,67% do capital, sendo as restantes 380.036 (6,33%) acções próprias.

Por imposição do Decreto-lei n.º 274/88 de 03 de Agosto, o capital deve ser detido, em pelo menos 60%, por entidades portuguesas, sendo esta parte obrigatoriamente representada por acções nominativas.

Acções Próprias/Prémios de Emissão

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se a aquisição de 380.036 acções próprias de valor nominal de 5 euros, em exercícios anteriores, com o respectivo prémio de aquisição de 1.321.659 euros, o que resulta num preço médio de 8,4777 euros, como segue:

	N.º acções	Valor unitário	Valor
Acções próprias	380 036	5,0000	1 900 180
Prémio aquisição	0	3,4777	1 321 659
Acções próprias e prémio emissão	380 036	8,4777	3 221 839

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal ainda não está totalmente constituída nos termos da lei.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras Reservas – 62.105.188 euros

- Reservas Livres – 20.707 euros



Representada por uma aplicação financeira para ocorrer a situações de emergência e extrema necessidade na área da Zona de Jogo de Espinho, inserida na conta de Outros Depósitos Bancários com o valor de 21.448 euros (em 2017: 21.431 euros).

- **Reservas Estatutárias – 62.084.481 euros**

Reserva para o investimento de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e quaisquer outras, conforme o estipulado no art.º 20.º dos Estatutos da Sociedade.

Distribuição de Resultados

A Assembleia Geral Anual, realizada em 29 de Maio de 2018, relativa à aprovação de contas do exercício de 2016 deliberou que o Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2017, de 3.806.638,13 euros (Três Milhões Oitocentos e Seis Mil Seiscentos e Trinta e Oitos Euros e Treze Cêntimos) fosse transferido para Resultados Transitados.

16. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica de Resultados Transitados, é como segue:

RESULTADOS TRANSITADOS	Valor
Resultados Transitados 31.12.2017	(22 609 829)
Resultado líquido 2017	3 806 638
Lucros não atribuídos participadas	(681)
Resultados Transitados 31.12.2018	(18 803 872)

17. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se às Revalorizações efectuadas em 1992 e 1998, reguladas pelos Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro e Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro. Todos os activos revalorizados encontram-se totalmente amortizados.

18. AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se integralmente com a aplicação do método de equivalência patrimonial da participada Empes, Lda, como segue:



Ajustamentos em Activos Financeiros	31.12.2018	31.12.2017
Ajustamentos de Transição	9 025	9 025
Lucros não atribuídos	73 261	72 580
Outras variações nos capitais próprios	2 863	2 863
Total	85 149	84 469

19. OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

O montante evidenciado nesta rubrica refere-se a Subsídios ao Investimento, não reembolsáveis, relacionados com Activos Fixos Tangíveis, decorrente da comparticipação do Estado na aquisição de equipamento de jogo para a zona de jogo de Espinho, conforme estipulado nas alíneas d) e e) do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 29/88.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, é como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2017	11 240 625
Subsídio a diferir (aumento de AFT participados adquiridos)	1 063 157
Reconhecimento do Ganho	(2 050 630)
Outras variações de capital próprio 31.12.2018	10 253 152

Durante o exercício resultou um movimento negativo de 987.463 euros, proveniente do aumento de subsídio a diferir em 1.063.157 euros e o reconhecimento de um rendimento de 2.050.630 euros, contabilizado em Outros Rendimentos, sendo o cálculo efectuado, tendo em conta os anos que faltam para o término da Concessão de Jogo de Espinho, no contexto da sua vida útil ser considerada nessa perspectiva.

20. RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2018, não obstante as receitas do jogo do Algarve terem mantido a tendência de acréscimo, não conseguiram atingir o montante suficiente da contrapartida mínima prevista na lei, gerando uma liquidação adicional à Contrapartida Anual, no montante de 4.326.629,13 euros (em 2017: 4.400.213,88 euros). Apesar de este facto continuar a afectar de forma significativa o resultado líquido do período, este ascendeu em 2018 ao valor positivo de 6.382.744,12 euros (em 2017: 3.808.638,13 euros positivos).

21. PROVISÕES



Os saldos e movimentos desta rúbrica em 2018 e 2017 detalham-se como segue:

	31.12.2018				
	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Utilizações	Saldo final
Provisões para Prémios Acumulados Salas de Jogo (Nota 30)	1 395 662	24 027	20 719	0	1 398 970
Processos Judiciais em Curso (a)	0	142 556			142 556
	1 395 662	166 582	20 719	0	1 541 526

(a) O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2018, refere-se ao montante relativo ao processo movido pelo ex-funcionário José Manuel Oliveira Ramos, com sentença desfavorável à Solverde.

	31.12.2017				
	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Utilizações	Saldo final
Provisões para Prémios Acumulados Salas de Jogo (Nota 30)	1 699 475	68 467	372 281	0	1 395 662
	1 699 475	68 467	372 281	0	1 395 662

22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rúbrica que contém os saldos correntes e não correntes, detalha-se como segue:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Instituições Financeiras				
Papel Comercial	21 250 000	0	19 250 000	0
Financiamento Bancários e Linhas de crédito	2 250 000	1 875 000	2 250 000	4 125 000
Descobertos Bancários	282 198	0	1 100 139	0
Total Instituições Financeiras	23 782 198	1 875 000	22 600 139	4 125 000
Total Financiamentos	23 782 198	1 875 000	22 600 139	4 125 000

A todos os contractos, acresce o respectivo “Spread”, a valores de mercado.

23. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Fornecedores, detalha-se como segue:

FORNECEDORES	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores c/c - Gerais	2 186 112	2 053 876
Fornecedores - Em Conferência	239	9
Fornecedores	2 186 351	2 053 885



Relativamente à maturidade das dívidas a fornecedores gerais, esta detalha-se como segue:

	31.12.2018				31.12.2017			
	Espinho	Algarve	Chaves	Total	Espinho	Algarve	Chaves	Total
<90 dias	1 434 587	560 226	104 348	2 099 161	1 407 683	480 788	104 740	1 993 211
90-180 dias	28 681	4 148	0	32 829	7 738	(857)	0	6 881
>180 dias	48 138	5 874	350	54 361	50 571	2 872	350	53 793
Total	1 511 406	570 248	104 698	2 186 351	1 465 992	482 803	105 090	2 053 885

24. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outras contas a pagar, detalha-se como segue:

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal	3 094	4 379
Fornecedores de Investimentos	238 635	114 183
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar (1)	2 611 833	2 493 795
Juros	558 501	424 465
Electricidade, Água e Gás	84 211	59 267
Outros	132 234	135 889
Portal de Compras (2)	198 921	275 212
Assessores e Consultores	66 588	30 559
Casino Online	102 379	38 616
Outros	140 052	144 407
	4 136 447	3 720 771

(1) A rubrica de remunerações a pagar refere-se a acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2018 e a liquidar em 2019.

(2) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se ao saldo do cartão de crédito Caixa Works.

Relativamente à maturidade das dívidas a fornecedores de investimento, esta detalha-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
<90 dias	94 791	83 616
90-180 dias	109 886	19 796
>180 dias	33 959	10 771
Total	238 635	114 183



25. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, detalham-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Vendas		
Mercadorias	1 246 900	1 277 825
Produtos Acabados e Intermedios	4 534 610	4 186 623
Iva das Vendas c/ Impostos Incluído	(465 827)	(437 158)
Descontos e abatimentos em vendas	(1 698 374)	(1 484 139)
Total Vendas	3 617 309	3 543 151
Prestações de Serviços		
Serviços de Jogos	98 290 193	90 659 487
Serviços Hotelaria	12 996 073	13 541 438
Serviços Secundários	1 013 052	965 074
Bilheteiras	512 597	480 570
Iva Serviços c/ Impostos Incluído	(35 476)	(34 277)
Prémio Acumulado Jogo Bingo	(49 499)	(47 166)
Descontos e abatimentos	(1 375 301)	(972 017)
Total Prestações de Serviços	111 351 640	104 593 109
Total Vendas e Prestações de Serviços	114 968 949	108 136 260

O detalhe da rubrica de Vendas e Prestações de Serviços por actividade em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2016
Vendas		
Casino Espinho	1 661 855	1 531 052
Casinos Algarve	1 595 538	1 677 186
Hotel Solverde	8 285	9 821
Hotel Algarve	(2 247)	14 305
Casino Chaves	348 755	303 509
Hotel Chaves	5 123	7 278
Total Vendas	3 617 308	3 543 151
Prestações de Serviços		
Casino Espinho	50 270 531	47 376 807
Casinos Algarve	35 921 417	34 303 975
Hotel Solverde	4 897 081	5 077 265
Hotel Algarve	5 614 763	5 982 292
Casino Chaves	8 029 470	8 214 725
Hotel Chaves	1 811 575	1 755 897
Aparthotel Solverde	1 400 755	1 417 415
Casino On-Line	3 406 049	464 733
Total Prestações de Serviços	111 351 641	104 593 109
Total Vendas e Prestações de Serviços	114 968 949	108 136 260



26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Subsídios à Exploração detalha-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Subsídios à Exploração		
IEFP - Programa Formação Algarve - (Portaria nº 339/2016)	23 620	35 405
Medida Estágios Emprego (Despacho Normativo 9841-A/2014)	0	14 004
Total	23 620	49 409

Os montantes evidenciados no quadro acima foram imputados de acordo com a especialização dos exercícios.

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, detalha-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhos Especializados	4 607 161	4 270 630
Conservação e reparação	3 306 229	3 538 142
Publicidade e Propaganda	2 410 956	2 015 584
Electricidade	1 809 439	1 679 788
Vigilância e Segurança	1 424 777	1 407 236
Rendas e alugueres	1 420 635	1 308 246
Limpeza, higiene e conforto	867 046	850 192
Comissões	781 071	765 316
Água	764 581	722 403
Gás	444 516	389 197
Deslocações e Estadas	435 414	384 540
Outros fornecimentos e serviços	249 514	237 778
Combustíveis	163 557	160 834
Seguros	180 370	167 932
Comunicação	163 192	160 084
Honorários	162 225	73 306
Outros	443 782	356 452
	19 634 464	18 487 659



28. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Gastos com Pessoal, detalha-se como segue:

		31.12.2018	31.12.2017
Remunerações:			
Órgãos Sociais	(a)	1 396 392	1 402 677
Pessoal		16 305 276	15 551 658
	sub-total	17 701 669	16 954 335
Encargos Sociais:			
Indemnizações		116 423	55 388
Encargos sobre remunerações		3 838 223	3 704 159
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profiss.		150 088	140 763
Gastos de acção social		86 538	84 541
Outros gastos com pessoal	(b)	868 293	791 029
	sub-total	5 059 565	4 775 881
Total de gastos com Pessoal		22 761 234	21 730 216

(a) A rubrica “Remunerações dos Órgãos Sociais”, detalha-se como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Conselho de Administração	1 374 252	1 380 060
Fiscal Único Efectivo	22 141	22 617
	1 396 392	1 402 677

(b) O montante evidenciado nesta rubrica englobam o custo das refeições servidas nas cantinas, formação profissional e fardamentos.

O número médio de empregados da Sociedade por unidade de negócio no período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foi de:

	31.12.2018	31.12.2017
Casino de Espinho	381	376
Casino de Vilamoura	169	166
Casino de Montegordo	74	75
Hotel Solverde	105	102
Aparthotel Solverde	20	18
Hotel Algarve Casino	154	157
Hotel Casino Chaves	155	148
Casino on-line	19	14
Total	1 077	1 056



29. PERDAS E REVERSÕES POR IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (AUMENTO/REVERSÃO)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Perdas e Reversões por Imparidade, detalha-se como segue:

Imparidades dividas a receber	31.12.2018			
	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Clientes Hotelaria	485 980	4 314	10 542	479 752
Devedores de Jogo	401 251	0	142 260	258 991
Devedores de rendas	197 075	2 717	772	199 020
Devedores Diversos	541 976	6 924		548 900
Pessoal	298 357	0	0	298 357
	1 924 640	13 955	153 574	1 785 020

Imparidades dividas a receber	31.12.2017			
	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Clientes Hotelaria	536 122	53 450	103 592	485 980
Devedores de Jogo	402 251	0	1 000	401 251
Devedores de rendas	682 158	0	485 082	197 075
Devedores Diversos	540 157	1 819	0	541 976
Pessoal	0	298 357	0	298 357
	2 160 688	353 627	589 675	1 924 640

30. PROVISÕES (AUMENTO/REVERSÃO)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Provisões (aumento/reversões), refere-se a (i) uma provisão para processos judiciais em curso, referente ao processo com o ex-funcionário José Ramos, no montante de 142.555,71euros e (ii) a prémios acumulados nas Salas de Jogos, os quais detalha-se como segue:

Provisões Prémios jogo	31.12.2018					
	Espinho	Vilamoura	Montegordo	Praia da Rocha	Chaves	Total
Saldo Inicial	212 841	1 024 668	65 790	39 452	52 911	1 395 662
Aumentos	0	5 975	11 969	5 032	1 050	24 027
Reduções	(20 719)	0		0	0	(20 719)
Saldo Final	192 122	1 030 643	77 759	44 484	53 961	1 398 970

Provisões Prémios jogo	31.12.2017					
	Espinho	Vilamoura	Montegordo	Praia da Rocha	Chaves	Total
Saldo Inicial	550 082	987 716	40 858	32 868	87 950	1 699 475
Aumentos	0	36 952	24 932	6 584	0	68 467
Reduções	(337 241)	0	0	0	(35 039)	(372 281)
Saldo Final	212 841	1 024 668	65 790	39 452	52 911	1 395 662



31. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de “Aumentos/ Reduções de Justo Valor” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

Aumentos e Reduções de Justo Valor	31.12.2018	31.12.2017
Fundo Compensação Trabalho - FCT	(7 003)	90
	(7 003)	90

O montante evidenciado em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, refere-se ao registo dos ajustamentos de justo valor referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, registado na conta de Outros Investimentos Financeiros (**Nota 9**).

32. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de Outros Rendimentos detalha-se como segue:

Outros Rendimentos		31.12.2018	31.12.2017
Imputação Subsídios ao Investimento	(1)	2 050 630	1 873 437
Acerto final contrapartida concessão de jogo/Algarve	(2)	279 466	339 530
Acerto final contrapartida concessão de jogo/Espinho	(3)	720 567	627 983
Receitas Cantinas Empresa		329 380	320 261
Indemnizações de Sinistros		176 100	28 478
Alienações Inv. Não Financeiros		23 819	76 279
Rendas de Imóveis		8 644	9 767
Recuperação de custos		20 800	991
Restituição de Impostos		11 631	0
Indemnizações		39 745	0
Outros		24 703	26 187
		3 685 486	3 302 913

(1) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à imputação do subsídio ao investimento relativo à comparticipação do Estado em diversos Equipamentos de Jogo, conforme alínea d) e e) do art.º 6.º do Decreto Regulamentar 29/88 do Contracto de Concessão da Zona de Jogo de Espinho.

(2) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à comparticipação do Estado no acerto final da Contrapartida Anual da Concessão de Jogo do Algarve, pela aplicação do n.º 2 e 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 275/01, de 17 de Outubro.

(3) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se à comparticipação do Estado no acerto final da Contrapartida Anual da Concessão de Jogo de Espinho, pela aplicação do n.º 2 e 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 275/01, de 17 de Outubro.



33. OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de Outros Gastos detalha-se como segue:

Outros Gastos		31.12.2018	31.12.2017
Imposto de Jogo			
Espinho		16 641 687	15 870 639
Algarve		10 115 541	9 718 325
Chaves		527 622	496 665
Online		696 914	187 827
Total Imposto de Jogo		27 981 764	26 273 457
Outros Impostos	(1)	1 487 493	1 398 257
Encargos com concessão de Jogo			
Espinho		8 410 727	7 733 222
Algarve	(2)	6 658 719	6 567 360
Chaves		1 804 858	1 852 162
Total Encargos com Concessão		16 874 304	16 152 744
Abate de Equipamento básico Jogo		1 108 912	1 377 950
Donativos Concedidos Âmbito Social, Cultural		271 227	247 118
Despesas com Serviços Bancários		431 768	234 738
Direitos de Autor		158 624	143 865
Quotizações		69 069	24 835
Multas não fiscais		2 528	7 300
Dívidas de Jogo Incobráveis		138 260	0
Dívidas de Hotelaria Incobráveis		0	99 368
Dívidas Inquilinos Incobráveis		0	500 990
Outros		48 585	5 066
Total Outros		2 228 972	2 641 230
Total Outros Gastos		48 572 533	46 465 687

(1) O montante evidenciado nesta rubrica refere-se essencialmente ao valor do IVA suportado pela Solverde.

(2) Em virtude do nível de receitas na zona de jogo do Algarve não ter atingido os mínimos exigidos pelas tabelas mínimas que constituem o anexo do Decreto-Lei n.º 275/2001 de 17 de Outubro, a Solverde contabilizou um encargo acrescido no montante de 4.326.629,13 euros (em 2017: 4.400.213,88 euros).



34. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos Gastos e Rendimentos Financeiros é como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Gastos Financeiros:		
Juros suportados	333 392	633 946
Comissões de Garantia	111 471	181 988
Juros de mora	222 694	136 800
Outros gastos de financiamento	46 381	54 444
	713 939	1 007 178
Rendimentos Financeiros:		
Juros obtidos	16	57
Juros de outros financiamentos concedidos	50 786	0
	50 803	57

35. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção é calculado pela divisão do lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias durante o ano, excluindo as acções próprias, conforme quadro abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado Líquido	6 382 744	3 806 638
N.º Acções (excepto acções próprias)	5 619 964	5 619 964
Resultado básico por acção (€ por acção)	1,14	0,68

36. PARTES RELACIONADAS

A Sociedade é detida em 93,67% pela Sociedade Violas, S.G.P.S., S.A. com sede na Rua dos Combatentes, 783, em Espinho.

36.1 Transacções entre Partes Relacionadas**(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas**

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, realizaram-se operações comerciais, outros custos entre a Sociedade e as partes relacionadas.



(b) Transacções

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2018			2017				
	FSE	Vendas e Prestações de Serviços	Outros rendimentos	FSE	Gastos Financeiros	Imobilizado	Vendas e Prestações de Serviços	Outros rendimentos
Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.	94 882	0	0	99 236	0	0	0	12 695
Violas - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	0	0	98 567	0	0	0	0	0
Clip Colégio	1 230	2 383	0	1 247	0	0	0	0
Clipserv	1 058	0	0	3 738	0	0	0	0
Clip Imobiliária	0	0	0	0	0	0	0	0
Cotesi	0	26 323	0	250	0	0	25 362	0
SII Praia da Rocha	1 327 780	0	0	1 225 892	0	0	0	0
Viogesp	46 629	0	0	45 879	0	0	0	0
Areal da Rocha - Act. Turísticas, Lda.	19 714	0	0	19 659	0	0	0	0
	1 491 293	28 706	98 567	1 395 902	0	0	25 362	12 695

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem essencialmente de transacções comerciais efectuadas a preços de mercado.

(c) Saldos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2018			2017		
	Clientes	Fornecedores	Outras dividas a receber	Clientes	Fornecedores	Outras dividas a pagar
Empresa Mãe						
Violas - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	0	0	15 000 000	0	0	0
Outras						
Empes - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda.	0	0	0	0	135	0
Outras						
Cotesi	2 848	0	0	3 143	0	0
Clip Colégio	0	0	0	0	0	0
Clipserv	550	0	0	0	23	0
Viogesp	0	0	0	0	0	0
SII Praia da Rocha	0	0	0	0	0	101 923
Areal da Rocha - Act. Turísticas, Lda.	0	0	0	0	0	6 129
	3 398	0	15 000 000	3 143	159	108 052

36.2 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade foi considerado, de acordo com a NCRF 5 – Divulgações de Partes Relacionadas, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão. Os membros do Conselho de Administração são remunerados pela Sociedade, sendo os gastos contabilizados em Gastos com Pessoal (Nota 29).

Foi despendido com dois administradores da Sociedade, que simultaneamente desempenham o mesmo cargo na empresa-mãe, Violas SGPS, SA., o valor de 664.099 euros. (em 2017: 651.059 euros) a título de remunerações.



37. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS

Activos Contingentes

A dívida de José Joaquim Martins da Costa Lima (**Nota 14**), por sentenças judiciais de 20.11.2008 e 07.05.2012, foi actualizada para 16.970.180,70 euros, garantida por penhora de 191.235 acções da Sociedade Aquazul – Investimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda, avaliadas oficialmente a 88,74 euros cada. Por uma questão de prudência, este potencial ganho ainda não foi reconhecido pela Sociedade, em virtude do devedor ter recorrido da última decisão.

Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Outros Potenciais Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade não tinha compromissos financeiros para além dos que resultam das contrapartidas anuais mínimas, decorrentes dos Contratos de Concessão, tal como se encontram definidos no quadro anexo ao Decreto-lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro.



Garantias

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade tem as seguintes garantias, como segue:

Início	Beneficiário		Montante	Taxa
26-dez-18	Turismo Portugal	a)	6 173 532	1,00%
26-dez-18	Turismo Portugal	a)	5 581 732	1,00%
30-jan-08	Turismo Portugal	b)	1 400 000	0,30%
30-jan-08	Turismo Portugal	c)	1 200 000	0,30%
30-abr-18	Autoridade Tributária	h)	4 049 789	1,00%
10-abr-02	Inspeção Geral de Jogos	d)	1 000 000	0,75%
22-ago-17	Inspeção Geral de Jogos	e)	500 000	1,00%
1-jan-90	Inspeção Geral de Jogos	b)	199 519	0,50%
28-abr-17	Tribunal Trabalho Gaia	f)	140 698	1,13%
22-ago-17	Inspeção Geral de Jogos	e)	100 000	1,00%
6-fev-08	Turismo Portugal	d)	100 000	0,30%
1-abr-94	Tribunal Trabalho	f)	42 988	0,50%
31-mai-17	Tribunal Trabalho Aveiro	f)	41 660	1,13%
16-jun-11	Galp	g)	21 000	1,00%
11-dez-97	Tribunal Trabalho	f)	14 958	0,30%
1-dez-94	Makro	g)	7 482	1,25%
28-fev-01	Vasp	g)	1 247	0,0375%
5-dez-97	Vasp	g)	748	0,0375%
23-abr-01	Vasp	g)	748	0,0375%
14-nov-01	CTT	g)	748	0,60%
			20 576 849	

- a) Garantias a favor do Turismo de Portugal, relativas às contrapartidas anuais da Concessão de Espinho e Algarve.
- b) Estas garantias são relativas à concessão da Zona de Jogo de Espinho.
- c) Garantia a favor do Turismo de Portugal referente à Zona de Jogo do Algarve.
- d) Referem-se a garantias relativas à concessão da Zona de Jogo de Vidago-Pedras Salgadas.
- e) Referem-se a garantias relativas à concessão do Jogo Online.
- f) Refere-se a garantias a favor do Tribunal do Trabalho são relativas a processos judiciais, movidos por ex-funcionários.
- g) Estas garantias referem-se a acordo com fornecedores, para a concessão de crédito na liquidação de facturas.
- h) Garantias a favor da Autoridade Tributária, relativa à contrapartida anual mínima da Concessão do Algarve do exercício de 2017.

A responsabilidade da Solverde relativa a garantias prestadas por diversas entidades bancárias, não é alvo de qualquer relevação contabilística, para além das comissões inerentes à sua utilização.



Todas as garantias são prestadas por tempo indeterminado, até o motivo que as justificou ter cessado, com exceção das datadas de 26 de Dezembro de 2018, a favor do Turismo de Portugal, relativa às contrapartidas anuais da Concessão de Espinho e Algarve, que caducam em 31 de Março de 2019.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de Abril de 2019.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos relevantes desde 31 de Dezembro de 2018 até à presente data.

Espinho, 18 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

António Luís Ferreira Pereira (CC n.º 25 860)

Manuel Soares de Oliveira Violas

Rita Celeste Soares Violas e Sá

Maria Helena Montenegro do Couto Violas

Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá

Joel Santos Pais

Joaquim Fernando Marques Reis

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 156.083.547 euros e um total de capital próprio de 101.574.994 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 6.382.744 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme referido no Relatório de Gestão e nas Notas 20. e 33. do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Sociedade reconheceu um encargo extraordinário na rubrica de “Outros Gastos” no montante de 4.326.629,13 euros (em 2017: 4.400.214 euros) respeitante a um pagamento a efectuar ao Estado pelo facto da Sociedade não ter atingido um nível de receitas na zona de jogo do Algarve superior aos mínimos exigíveis definidos no Anexo do Decreto-Lei n.º 275/2001 de 17 de Outubro. A Administração da Sociedade, baseada em^{1/4}

diversas circunstâncias/factos entende que estes encargos (que influenciam fortemente de uma forma negativa o resultado da Empresa) não devem ser exigíveis, razão pela qual, interpôs acções judiciais em Tribunal, solicitando uma revisão do contrato de concessão do Algarve; paralelamente, solicitou a anulação dos montantes debitados até à data, relacionados directamente com a matéria aqui exposta.

2. A Sociedade encontra-se dispensada de apresentar contas consolidadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho, de 13 de Julho, pelo facto de ser detida pela Violas – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e integrar por esta via as Demonstrações Financeiras Consolidadas desta empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

2/4

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

3/4

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 26 de Abril de 2019

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da **SOLVERDE – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da **SOLVERDE**. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos da Sociedade.
3. Como consequência do trabalho de Revisão Legal Efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas na modalidade Sem Reservas e Com Ênfases.
4. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Capital Próprio e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade e dos seus resultados;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; Neste particular, é de referir que a Administração baseada (i) no histórico da Empresa e (ii) na política de relevação dos custos de reparação e manutenção, passou a considerar que o uso, já desde 2007, das taxas mínimas de depreciação definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 é o mais adequado atendendo ao contexto económico e operacional da Sociedade.
 - iii) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedoras da evolução dos negócios e da situação da Sociedade evidenciando os aspectos mais significativos; e

1/2



iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Marco de Canaveses, 26 de Abril de 2019

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157





WWW.SOLVERDE.PT